



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRAS TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
**MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS:  
IDENTIDADE POMERANA NA LUTA POR DIREITOS E TERRITÓRIO**

HELMAR SPAMER

BRASÍLIA – DF

2017

HELMAR SPAMER

**MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS:  
IDENTIDADE POMERANA NA LUTA POR DIREITOS E TERRITÓRIO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientadora: Dr.(a) Ana Tereza Reis da Silva

BRASÍLIA – DF

2017

Spamer, Helmar

Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território / Helmar Spamer. Brasília – DF, 2017. 106 f.

Dissertação de mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Ana Tereza Reis da Silva

1. Conflitos Socioambientais 2. Unidades de Conservação 3. Povos Tradicionais 4. Pomeranos. I. Spamer, Helmar. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRAS TRADICIONAIS

**HELMAR SPAMER**

**MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS:  
IDENTIDADE POMERANA NA LUTA POR DIREITOS E TERRITÓRIO**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 12 de maio de 2017.

Brasília - DF,

Dr(a). Ana Tereza Reis da Silva – CDS/UnB

Orientadora

Dr(a). Mônica Celeida Rabelo Nogueira – CDS/UnB

Examinadora interna

Dr. Carmo Thum – IE/FURG

Examinador externo

## **AGRADECIMENTOS**

A realização dessa pesquisa foi de imenso aprendizado, crescimento e amadurecimento tanto profissional quanto pessoal. Me arrisco a dizer que foram os dois anos mais intensos de minha vida até agora, em que muitas coisas aconteceram, inúmeras mudanças, desafios, descobertas e conquistas.

Compreendo que sem a colaboração, apoio e incentivo de todos aqueles que me cercam nada disso seria possível, muito menos a construção desse trabalho tão gratificante. Desde já, agradeço sinceramente a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À minha família que sempre me apoiou em todas as minhas escolhas, desde a minha saída de casa para ir em busca dos meus sonhos, até a minha chegada no mestrado.

Em especial dedico esse trabalho, e toda minha trajetória, à minha mãe, um exemplo de mulher pomerana de muita força, humildade, alegria, ternura e sabedoria.

À minha irmã que sempre me apoiou incondicionalmente. Ela que muitas vezes não entendia as imensas horas que passava em frente ao computador, sem saber que por diversas vezes estava apenas esperando alguma inspiração para a escrita fluir – e como foi difícil.

À Associação Pomerana de Pancas (APOP) que me apoiou desde o início quando manifestei interesse pela pesquisa sobre esse tema. Especialmente, agradeço a Julio Carlos Dettmann, presidente da APOP, pela colaboração, conversas e, principalmente, pela parceria.

Ao Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT) pela oportunidade de desenvolver esse estudo com tanta seriedade e sensibilidade às demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais.

À todos os colegas e amigos do MESPT que tanto me ensinaram e me inspiraram ao compartilharem suas experiências, lutas e sabedoria.

À professora doutora Ana Tereza Reis da Silva que gentilmente aceitou me orientar na condução dessa pesquisa. Confesso que não foi uma tarefa fácil para ambos, porém, extremamente gratificante.

À professora doutora Mônica Nogueira, coordenadora do MESPT, que acolheu a todos nós com tanto carinho e dedicação. Mônica, você é uma guerreira!

À todos os professores do MESPT que de alguma forma contribuíram e/ou influenciaram na construção desse trabalho.

Às colegas de curso (e amigas) Kátia Favilla e Andrea Brasil que gentilmente me receberam em suas casas durante períodos de estadia em Brasília.

Aos meus amigos Lellison e Carolina que me receberam em sua casa na minha primeira ida a Brasília, período em que não conhecia ninguém na cidade, e me deram o suporte necessário para que eu pudesse realizar o primeiro módulo de aulas do curso.

À meu primo Anderson que me presenteou com minha primeira passagem aérea para Brasília para cursar o primeiro módulo de aulas do mestrado e que sempre se mostrou tão prestativo em todas as vezes que precisei de ajuda.

À Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) que financiou a realização de parte dessa pesquisa através da concessão de bolsa.

Aos colegas do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da Universidade Federal do Espírito Santo (LEMM/UFES), em especial, a professora doutora Maria Cristina Dadalto, pela parceria e ricas colaborações nas leituras do trabalho.

À Paróquia de Pancas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) pelo espaço em sua secretaria e pela disponibilidade de internet para que eu pudesse me corresponder e realizar reuniões por video conferência com minha orientadora.

À todos aqueles que gentilmente destinaram parte de seu tempo para me conceder entrevistas e/ou participar de eventos e rodas de conversa realizadas no decorrer da pesquisa.

Ao professor doutor Carmo Thum pelo apoio e pelas parcerias estabelecidas.

À professora pomerana Lilia Janot Stein pela amizade e companheirismo nessa caminhada de luta. Um grande exemplo de liderança que se estabelece pelo reconhecimento de seu belo trabalho em prol da língua pomerana. Obrigado por ser

essa pessoa tão dinâmica e inspiradora. E claro, por gentilmente ter me presenteado com a tradução do resumo dessa dissertação para o idioma pomerano.

Aos meus amigos Daniele Ocleys, Luciana Silveira, Renan Machado, Suéllen Kruger, Tatiana Rosa e Tiago Amorim (listados em ordem alfabética para não ter discussão) que sempre me apoiaram e estiveram presentes nos momentos mais difíceis (e também nos mais felizes) desses dois últimos anos.

Agradeço imensamente a todos!

*“Gâ hen wou duu hengâe wilst, mâk wat duu mâke wilst, âwer forgeet nij wat duu t'huus leirt hâst”*

*“Vá aonde você quiser ir e faça o que você quiser fazer, mas nunca esqueça o que você aprendeu  
em casa”*

*Elzira Schwanz Spamer (Mãe)*



## RESUMO

No ano de 2002 foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas nos municípios de Pancas e Águia Branca, noroeste do estado do Espírito Santo. Segundo o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), a categoria de Parque Nacional pertence ao grupo das áreas de preservação ambiental de proteção integral, não admite a presença humana e atividades de produção em seu interior. Desse modo, a criação do parque nos pontões capixabas implicaria na desapropriação de diversas famílias que residem na região, gerando um conflito socioambiental. A partir do risco iminente da perda das terras, ocorreu uma mobilização e organização por parte da comunidade pomerana local e esse processo de afirmação identitária e luta pelo território resultou no surgimento da Associação Pomerana de Pancas (APOP), na inserção dessa instituição na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no reconhecimento do Povo Pomerano na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e na recategorização da referida Unidade de Conservação de Parque Nacional para Monumento Natural que, apesar de também classificar-se como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, permite a presença de propriedades particulares em seu interior, garantindo, assim, a permanência da comunidade pomerana de Pancas em seu território tradicional. Contudo, devido a divergências de interesses entre o governo federal e a comunidade local, o Monumento Natural dos Pontões Capixabas não foi totalmente regulamentado e o processo encontra-se paralizado, ainda não foram criados o plano de manejo e nem o conselho gestor da unidade. Em outra direção, além do conflito com o Estado, os pomeranos enfrentam situações de divergências internas quanto às formas de organização do Povo Tradicional Pomerano no Brasil e por ocupação de espaços de representação na esfera política. Diante desse contexto, esse estudo discute a lógica operante de implementação e gestão de Unidades de Conservação no país que, por vezes, negligencia os direitos e inviabiliza os modos de viver, saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais, gerando situações de conflito e injustiças socioambientais. Sob a perspectiva da pesquisa-ação, esse estudo pressupõe um maior envolvimento do pesquisador no contexto estudado, desenvolvendo ações de intervenção e, por consequência, promove-se uma análise dessa inserção. Como pomerano pertencente à comunidade que protagoniza essa pesquisa, atuante na Associação Pomerana de Pancas e membro do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), pretendo desenvolver reflexões sobre os conflitos internos e identitários surgidos na história recente do Povo Pomerano a partir da apropriação da categoria de Povo Tradicional.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais. Unidades de Conservação. Povos Tradicionais. Pomeranos.

## ABSTRACT

In 2002 the National Park of Pontões Capixabas was created in the municipalities of Pancas and Águia Branca, in the northwestern part of the state of Espírito Santo. According to the National System of Conservation Units (SNUC), the category of National Park belongs to the group of environmental protection areas of integral protection, it does not admit human presence and production activities within it. Thus, the creation of the park in the Pontões Capixabas would imply the expropriation of several families residing in the region, generating a socio-environmental conflict. From the imminent risk of loss of land, a mobilization and organization by the local Pomeranian community occurred and this process of identity affirmation and struggle for territory resulted in the emergence of the Pomeranian Association of Pancas (APOP), in the insertion of this institution in the National Commission Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities, recognition of the Pomeranian People in the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities (PNPCT) and the reclassification of the National Park Conservation Unit for Natural Monument, which, although classified As a Conservation Unit of Integral Protection, allows the presence of private properties in its interior, thus guaranteeing the permanence of the Pomeranian community of Pancas in its traditional territory. However, due to divergences of interest between the federal government and the local community, the Pontões Capixabas Natural Monument has not been totally regulated and the process is paralyzed, the management plan and the unit management council have not yet been created. In another direction, in addition to the conflict with the state, Pomeranians face situations of internal divergence regarding the forms of organization of the Pomeranian Traditional People in Brazil and occupation of spaces of representation in the political sphere. Given this context, this study discusses the operative logic of implementation and management of Conservation Units in the country that sometimes neglects the rights and makes the traditional ways of living, knowledge and practices unfeasible, generating situations of conflict and injustice Socio-environmental. From the perspective of action research, this study presupposes a greater involvement of the researcher in the studied context, developing intervention actions and, consequently, an analysis of this insertion is promoted. As a Pomeranian belonging to the community that is the protagonist of this research, working in the Pomeranian Association of Pancas and member of the National Council of Traditional Peoples and Communities (CNPCT), I intend to develop reflections on the internal conflicts and identities that arose in the recent history of the Pomeranian People from the appropriation Of the category of Traditional People.

**Keywords:** Socio-environmental Conflicts. Conservation Units. Traditional People. Pomeranians.

## RESUM

Im Jår 2002 wur dai Nationalpark Pontões Capixabas in de Gemaind Pancas und Águia Branca, im Nordwest fon dai Staad Espírito Santo gründet. Nå dem national erholungssystem höirt dai kategori fon dem Nationalpark tau dem Grup fon dem umwildschuts mit integral protektion, wou al meischlig ümgåen un produktionsaktiviteite forbåre sin. Sicherlig, mit dai schafung fon dem Park Pontões Capixabas, müste feel familche wat in dai region woonte, up anderer stele hentreeke. Weegen dai gefår an dat land forspeelen, hät ain mobilisijrung un organisation anfänge mit dai lokal Pomersich Gemeindschaft um dai identiteitsbeståung un kampf um dem Territorium, dun is uk dai Pomerisch Association fon Pancas (APOP) gründet wouere. Doir dai insertion fon dai Institution in dai National Kommission fon dai Nåhulig Uunerstützung fon dai Traditionale Folker un Gemaindschafte, an dai ankeening fon dai Pomerische Lүүr in dai National Politik an dai Nåhulig Uunerstützung for dai Traditionale Folker un Gemaindschafte (PNPCT). Dai nijg kategorisijrung an dai Naturschutsheit fon dem Nationalpark is Naturmonument nent wouere, trotsdem is dai uk klassifikijrt wouere as ain Stel mit Integral Schutsheit un Protektion, wou uk erlaubt wair dat dai pomerische lүүr eer wirschaft wijre drijwe küüne, wair uk garantijrt dat dai pomerisch gemaindschaft fon Pancas in dem traditionale territorium woone küene. Doch, weegen dem uunerscheid oiwir dai interesse tūschen dem federal regirung mit dai lokal gemaindschaft is dai Naturmonument fon Pontões Capixabas ni regulamentijrt wouere un dai process is bet hūüt nog paralisijrt, dår is uk nog ni dai bedijnungsplån un dai amtråt måkt wouere. In aine anderer richtung, oiwir dem konflikt mit de Staad, daue dai pomerer forschijdene situatione mitmåke, oiwirhaupt in dai organisationsform fon dem Traditional Pomerisch Folk im Brasil taum amtstele besijten un foirståen in dai politisch representation. In deisem kontext, besriwt deis leirforschung dai logik un operativ implementation un Schutserholung in dem land, wou manchmål, dat echt gerecht an dai leewentsmour, un waitenschaft, un al måken fon dai traditionale folker, in konfliktsituatione koome mit dai ümwildsungerechtigkeite. Dai perspektiv mit dai aktionsforschung, oiwarnimt de forsker mit groud un stark inlåten mit dem leirkontext, wou dai aktione doir dai interventione desevolwijrt ware koine, doir konsekwens, enstait ain analys mit dem insats. Dai Pomer wat tauhöirt an dai gemaindschaft wat deis forshung protagonisijrt, is uk air foirståe in dai Pomerisch Association fon Pancas, mitglijd in dem Nationalråd fon dai Traditionale Folker un Gemaindschafte (CNPCT), wou reflexione måkt ware oiwir identiteit un interkonflikte wat upkoome sin doir frisch geschite mit dem Pomerische Folk un appropriation fon dai kategori as Traditional Folk.

**Sloitelwöör:** Social un ekologisch konflikte. Schutsainheit. Taditional Folk. Pomerer.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Pomerânia .....	34
Figura 2: Divisão Regional do Espírito Santo .....	38
Figura 3: Localização do Município de Pancas/ES .....	40
Figura 4: Limites Administrativos de Pancas .....	41
Figura 5: Relevo de Pancas .....	43
Figura 6: Pedra Camelo (Símbolo Turístico de Pancas) .....	44
Figura 7: Pontões (I) .....	44
Figura 8: Pontões (II) .....	45
Figura 9: Pontões (III) .....	45
Figura 10: Pontões (IV) .....	46
Figura 11: Área de abrangência do PARNA Pontões Capixabas .....	55
Figura 12: Abertura do desfile cultural da VII Pomerfest .....	83
Figura 13: Desfile cultural da VII Pomerfest .....	83
Figura 14: Cartaz da VIII Pomerfest .....	92
Figura 15: Desfile cultural da Pomerfest .....	93

## LISTA DE SIGLAS

- ABP – Associação Brasileira do Povo Tradicional Pomerano;
- ACAES – Associação de Cultura Alemã do Espírito Santo;
- ACESA – Associação Central da Saúde Alternativa do Espírito Santo;
- ADL – Associação Diacônica Luterana;
- ALE – Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita;
- APA – Área de Proteção Ambiental;
- APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo;
- APOP – Associação Pomerana de Pancas;
- APOVIP – Associação Pomerana de Vila Pavão;
- CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;
- CDB – Convenção da Diversidade Biológica;
- CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável;
- CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- CNPCT – Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- DOU – Diário Oficial da União;
- FETAES – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo;
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;
- IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- IPEMA – Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica;

LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório;

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

MESPT – Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores;

MONA – Monumento Natural;

OIT – Organização Internacional do Trabalho;

PARNA – Parque Nacional;

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais;

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

POMERSUL – Associação Pomeranos do Sul;

PPP – Projeto Político Pedagógico;

PROEPO – Programa de Educação Escolar Pomerana;

RSV – Refúgio de Vida Silvestre;

SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos;

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura;

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação;

TI – Terra Indígena;

UC – Unidade de Conservação;

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;

UNB – Universidade de Brasília.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Meu lugar de fala .....	15
Situando o problema de pesquisa .....	19
Percurso metodológico e estrutura da dissertação .....	24
<b>1 POVO POMERANO: IMIGRAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO</b> .....	28
1.1 Pomeranos: quem somos? .....	28
1.2 Da Pomerânia para o Brasil .....	34
1.3 Imigração pomerana no Espírito Santo .....	36
1.4 O município de Pancas .....	40
<b>2 A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL</b> .....	48
2.1 O Parque Nacional dos Pontões Capixabas .....	48
2.2 De Parque Nacional a Monumento Natural dos Pontões Capixabas .....	62
<b>3 AÇÕES DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA</b> .....	73
3.1 Projeto “Histórias, Memórias e Saberes” .....	78
<b>4 POVO TRADICIONAL POMERANO: UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO</b> ..	84
4.1 Pomeranos na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais .....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101

## INTRODUÇÃO

Antes de adentrar propriamente nas discussões centrais dessa pesquisa, quero ressaltar o meu lugar de fala ao desenvolvê-la. Sou pomerano, nascido na comunidade de Laginha/Pancas e vivenciei – na época ainda adolescente – todos os medos, angústias e incertezas das famílias pomeranas em função da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e o risco iminente da perda do território.

Agora, como pesquisador e, ao mesmo tempo, liderança comunitária, atuo no processo de mobilização e organização pomerana sob a categoria Povo Tradicional reconhecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Processo que decorre do contexto de conflito socioambiental que atingiu e ainda aflige a comunidade pomerana de Pancas desde o ano de 2002 com a criação da referida Unidade de Conservação.

Acredito ser de suma importância me posicionar enquanto acadêmico e membro da comunidade que protagoniza esse estudo para que sejam melhor compreendidos os objetivos e as metodologias utilizadas na pesquisa, considerando que a mesma afina-se com a pesquisa-ação, ou seja, pressupõe ações de intervenção por parte do pesquisador no contexto em que atua e analisa.

## MEU LUGAR DE FALA

Meus pais são pequenos agricultores pomeranos e com eles aprendi as tradições, a língua e os costumes de meu povo. Quando criança, residia próximo a uma escola rural multi-seriada, onde a professora fazia tudo: ensinava, cuidava, educava, cozinhava. Com cinco ou seis anos de idade já frequentava a escola e não sei dizer se gostava de estudar ou se apenas queria estar ali para brincar com as outras crianças – provavelmente as duas coisas. Na verdade, as outras crianças me chamavam bastante atenção, pois eram “o outro”, os outros mundos além do meu.

Na escola não tive alternativa, fui obrigado a aprender o português e até que fui bom nisso, a considerar por meus pais – e quase todos de sua geração – que abandonaram a escola nas séries iniciais, cuja principal razão é atribuída à dificuldade no idioma. Ainda hoje muitas crianças pomeranas chegam à escola sem saber se comunicar em português, falando apenas em seu idioma materno. Fato que



dificulta o aprendizado, provoca altos índices de defasagem escolar, principalmente nas séries iniciais da escolarização, além da discriminação e consequente evasão.

Ao concluir as séries iniciais de ensino, prossegui os estudos na escola localizada na cidade mais próxima. Lembro-me que os “da roça” – como eram chamados os alunos que moravam na zona rural – estudavam no período vespertino e os “da cidade” – alunos da zona urbana – no turno matutino. No início, vi-me perdido com tanta gente, tantas salas de aula e tantos professores. Porém, não demorou muito para me acostumar.

Durante o ensino médio as coisas melhoraram, pelo menos algumas coisas, por exemplo, já tinha transporte escolar mais próximo de casa. Contudo, o ônibus percorria uma trajetória exaustiva para dar conta de apanhar o maior número possível de estudantes até chegar ao seu destino. Além disso, em períodos de chuva, passávamos dias sem aula por causa da precariedade das estradas de terra. Sem contar as inúmeras vezes que tínhamos que voltar para casa caminhando na chuva, à mercê de tempestades noite à dentro porque o ônibus não tinha condições de trafegar.

No ensino médio também surgem as cobranças, um período de incertezas, descobertas e inquietações. Eu tinha muitas dúvidas, muitas mesmo, e apenas uma certeza: a vontade de continuar estudando. O quê? Ainda não sabia. Mesmo que isso implicasse na saída da comunidade, fato que realmente aconteceu. Meus pais não tinham condições de pagar uma faculdade particular e, então, só me restava tentar uma vaga na Universidade Federal – no estado do Espírito Santo só há uma universidade pública.

Sempre contei com o apoio da minha família dentro de suas possibilidades e tive que trabalhar para me sustentar fora de casa. Nesse percurso, não sei explicar muito bem o motivo, mas resolvi estudar História. Fui aprovado no vestibular e a partir daí me mudei para Vitória, capital do estado. No início não foi fácil, eu, com 17 anos, novamente um “da roça” de repente numa cidade maior ainda. Contudo, apesar dos inúmeros desafios, sobrevivi e cá estou fazendo até mestrado.

Demorei um pouco para me encontrar no ambiente acadêmico, até perceber que primeiro precisava me encontrar na vida, em vários aspectos. Ao observar muitos amigos – novamente “o outro” – e as relações identitárias e de pertencimento

deles com determinados grupos, comecei a refletir sobre mim, sobre o meu grupo, a minha identidade, o meu povo. Eu só sabia que tinha nascido numa família de agricultores pomeranos no interior do Espírito Santo. No entanto, o significado de ser pomerano eu não sabia responder e, então, isso passou a me incomodar.

Lembrei que mesmo morando toda minha infância e adolescência em uma comunidade pomerana, nunca tinha estudado nada sobre a trajetória desse povo durante minha escolarização e, dessa forma, as perguntas apareceram: por que não aprendi nada sobre esse assunto na escola? Por que a história pomerana não fazia parte do currículo das escolas que se localizam em comunidades pomeranas? E para ser honesto, com exceção de alguns casos isolados, ainda não faz parte até hoje.

A partir de então, despertou o desejo de conhecer melhor a história do meu povo, ou seja, minha própria história. Como já estava no ambiente acadêmico, não poderia ter oportunidade melhor de exercitar a pesquisa, vinculei-me ao Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da Universidade Federal do Espírito Santo (LEMM/UFES), onde desenvolvi estudos sobre os temas de imigração, territorialidade e identidade pomerana, sempre com foco na minha comunidade de origem.

Além disso, trabalhei como pesquisador voluntário no “Projeto Imigrantes” do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), analisando documentos e digitalizando informações sobre as famílias de imigrantes europeus que chegaram no estado a partir do século XIX. Nesse percurso, me formei professor de História e atualmente trabalho na rede pública de ensino do estado do Espírito Santo.

Após o término da graduação, as pesquisas continuaram e surgiu a vontade de cursar mestrado sobre o seguinte tema: a questão do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, atualmente Monumento Natural, e sua relação com a comunidade pomerana de Laginha/Pancas. Esse episódio gerou um verdadeiro trauma na minha comunidade e ainda provoca muitas inquietações nas pessoas que, como pude verificar no decorrer da pesquisa, carecem de informações mais precisas e fidedígnas ao mesmo tempo em que sobram boatos e especulações a respeito do assunto.

Desse modo, o que primeiramente me levou a essa temática foram a curiosidade e a vontade de pesquisar à fundo como todo esse processo realmente aconteceu e quais os desdobramentos desse evento para a comunidade pomerana local e, conseqüentemente, para o Povo Pomerano no Brasil. Foi então, muito ao acaso – ou não – que tomei conhecimento da existência do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (MESPT/CDS/UnB). A título de curiosidade, soube do curso por meio de anúncios em mídias sociais e de imediato percebi que o MESPT atendia perfeitamente ao tema e aos objetivos da minha proposta de pesquisa: a luta de uma comunidade tradicional por direitos e território em meio a um conflito socioambiental.

Em 2015, após ser aprovado no MESPT, voltei a morar com meus pais na minha comunidade, no intuito de desenvolver melhor a pesquisa. A partir do meu retorno, logo me engajei nas atividades políticas, sociais e culturais da comunidade: fui convidado a acupar o cargo de Coordenador de Cultura da Associação Pomerana de Pancas (APOP) e, no mesmo ano, passei a representar a instituição na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse contexto, pude participar ativamente do processo de transição da referida Comissão Nacional para o atual Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), no qual continuo atuando como Conselheiro Pomerano representante da APOP.

Assim, como pomerano, membro da comunidade pomerana de Laginha/Pancas, Coordenador de Cultura da Associação Pomerana de Pancas (APOP), Conselheiro Pomerano representante da APOP no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), professor de História e pesquisador do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB), conduzi essa pesquisa no intuito primordial de promover reflexões oportunas sobre o episódio da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e os desdobramentos desse processo na trajetória histórica, na identidade cultural e na organização socio-política do Povo Tradicional Pomerano. Além de analisar as práticas vigentes nos processos de criação de Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral e o contexto dos Povos e Comunidades

Tradicionais (PCTs) no Brasil a partir do episódio ocorrido em Pancas com a criação do Parque Nacional do Pontões Capixabas.

## SITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

No ano de 2002 foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, uma área de preservação ambiental localizada nos municípios de Pancas e Águia Branca, estado do Espírito Santo, com o objetivo de preservar os ecossistemas ali existentes, realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico, conforme previsto no Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2002).

No entanto, uma área de preservação ambiental na categoria de Parque Nacional não permite a presença humana, de modo que sua criação implicaria na desapropriação de famílias pomeranas locais – agricultores familiares que habitam há várias gerações o território em questão. Essa pesquisa se insere nesse contexto de conflito socioambiental, tendo como foco as estratégias de resistência acionadas pela comunidade pomerana em defesa de seus direitos e território, e suas relações de mútuo reforço com processos de afirmação identitária, pertencimento e organização social.

O estudo parte do pressuposto de que as práticas de preservação ambiental no Brasil ainda se mostram fortemente influenciadas pela perspectiva preservacionista e, em uma acepção mais ampla, pelo binarismo moderno cultura/natureza, isto é, pelo “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2008). A persistência de representações romantizadas da natureza, assim como o não reconhecimento do papel decisivo que as populações locais e os povos tradicionais desempenham na conservação da biodiversidade, demonstram a força operante da racionalidade binária que orienta a criação e a gestão de áreas protegidas. Vistas como entraves à “verdadeira preservação”, esses povos são tratados com suspeição e seus modos de vida tradicionais, seus saberes e suas práticas são sistematicamente negados e inviabilizados.

No contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, os conflitos vieram à tona no ano de 2003, quando a comunidade tomou conhecimento da criação da Unidade de Conservação e que uma área de preservação ambiental na categoria de

Parque Nacional não permite habitação humana e atividades de produção em seu interior, o que implicaria em desapropriação das terras. A partir de então, iniciou-se um processo de disputas, organização social e luta pelo território.

Apesar de o poder público (municipal e estadual) ter se posicionado a favor da comunidade, isso não ocorreu de imediato. Nesse período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) ganhou representatividade na região, juntamente com os sindicatos rurais, devido sua atuação contra a arbitrariedade do Governo Federal em criar uma área de preservação ambiental sem a consulta prévia da comunidade local como prevê o próprio SNUC. Instituições religiosas, principalmente as Igrejas Luterana e Católica, se pronunciaram em apoio à comunidade local por meio de cartas abertas e com o posicionamento público de seus líderes. Além disso, houve mobilização comunitária com realização de reuniões em que organizaram-se tanto manifestos escritos quanto protestos com paralisação de rodovias.

Como tem sido observado em outros contextos de Povos Tradicionais (ALMEIDA, 2009), igualmente marcados por conflitos de sobreposição territorial, a luta por direitos e em defesa do território em Pancas gerou um processo de afirmação identitária e pertencimento da comunidade local. A familiarização da comunidade pomerana com a discussão sobre Povos e Comunidades Tradicionais, em âmbito nacional, e a compreensão de que essa categoria representaria um importante mecanismo de luta por direitos territoriais, levou as lideranças pomeranas da região a reivindicarem o reconhecimento e a inclusão da Povo Pomerano no âmbito dessa categoria.

Em 2005, um dos primeiros resultados dessa mobilização foi a criação de uma instituição para representá-los junto ao Governo Federal e que conquistou uma vaga na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT): Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca, posteriormente, no ano de 2009, registrada como Associação Pomerana de Pancas (APOP).

Por essa via a comunidade definiu sua posição: reivindicava a anulação do decreto que criara o Parque Nacional dos Pontões Capixabas sem a sua participação, configurando, portanto, na violação de um direito garantido no SNUC e, assim, defendia o seu território e o direito de permanência nas terras enquanto povo tradicional. Para tanto, acionava como argumento central o importante papel que

seus modos de vida e os sistemas locais de produção de baixo impacto ambiental desempenham na conservação da Mata Atlântica.

Em outra direção, a comunidade questionava o tratamento desigual que recebia do Estado brasileiro: a área de preservação demarcada atingia diretamente a agricultura familiar, deixando de lado grandes propriedades (fazendas produtoras de café) e importantes áreas já exploradas pela extração de rochas – mineração de mármore e granito.

Pressionado, no ano de 2006 o governo federal criou um grupo de trabalho para discutir e solucionar o conflito. Dessa vez, houve participação da comunidade local que teve a oportunidade de expor suas reivindicações. Mesmo a comunidade vislumbrando a anulação do decreto que criara o Parque ou até mesmo a criação de uma Unidade de Conservação na categoria de Uso Sustentável, mais adequada aos modos de vida e saberes tradicionais, findou-se por prevalecer a proposta do governo de Monumento Natural. Dessa forma, mudou-se a categoria da unidade de Parque Nacional para Monumento Natural, que, embora permita a permanência da comunidade local, prevê regras rígidas, com projeção de importantes impactos sobre os modos de vida locais.

Ademais, a criação do Monumento Natural no ano de 2008 (BRASIL, 2008), apesar de garantir a presença de propriedades particulares em seu interior, não encerrou os conflitos, ao contrário, fez emergir outras tensões: a comunidade não teve concordância com a metodologia adotada pelo então chefe da unidade para a criação do conselho consultivo, pois, várias instituições e organizações sociais locais, que tinham participado do processo de luta pela permanência no território, não foram convidadas a tomar parte do processo.

Além disso, a comunidade não concordava com a criação de um Conselho Gestor de caráter consultivo como determina a Normativa nº 11 do ICMBIO que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação federais (ICMBIO, 2010), mas, sim, reivindicava a constituição de um conselho em formato deliberativo, o que não ocorreu.

Diante desses impasses, atualmente o processo de criação do conselho consultivo e a elaboração do plano de manejo da unidade estão estagnados. É

possível que a conquista da permanência no território tenha gerado um refluxo no intenso processo de mobilização inicial, quando a perda do território era iminente. De outra feita, deve-se também considerar que talvez a comunidade não compreenda que o “limbo institucional” a coloca, novamente, em posição de fragilidade, pois, encontra-se numa situação de instabilidade e insegurança jurídica, considerando que a Unidade de Conservação ainda não foi totalmente regulamentada.

Em outra direção, a apropriação da categoria de povo tradicional e o reconhecimento na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), resultou em novas formas de organização do povo pomerano ao ponto de suscitarem novos conflitos. Surgiram outras associações pomeranas no Espírito Santo e no Brasil que, com o passar do tempo, passaram a reivindicar espaços políticos de representação do Povo Pomerano.

Além dessa questão, também evidenciaram-se divergências entre lideranças pomeranas de diferentes regiões quanto a forma de organização sócio-política desse povo em níveis mais abrangentes: estaduais e nacional. De todo modo, mesmo diante das situações de conflito, os pomeranos têm se organizado cada vez mais em prol de suas lutas na busca pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos enquanto Povo Tradicional.

A nível local, a APOP, ao longo de sua existência, tem desenvolvido ações culturais no intuito de promover, valorizar e divulgar a cultura pomerana. No Espírito Santo, o idioma pomerano foi co-oficializado em alguns municípios com predominância de comunidades pomeranas, inclusive em Pancas, e em 2005 foi implementado o Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) na rede pública de ensino desses municípios com o objetivo de atender as crianças pomeranas a partir de uma perspectiva de educação intercultural e bilíngue.

Dentre as principais ações da APOP, posso citar a manutenção do grupo de danças típicas pomeranas *Edelstein*<sup>1</sup>, composto por jovens pomeranos e não pomeranos da comunidade que se reúnem, ensaiam e se apresentam em eventos por todo o estado. Também há o *Edelstein*-mirim, formado pelas crianças. A APOP também apoia o desenvolvimento do PROEPO nas escolas do município de Pancas.

---

<sup>1</sup> “Pedra preciosa” – Tradução segundo o Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português.

Ainda em relação a educação, a mais recente atuação da APOP, inclusive fruto dessa pesquisa, consiste no projeto “Histórias, Memórias e Saberes”, implementado no ano de 2016 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastiana Grilo, localizada no distrito de Laginha em Pancas. Esse projeto tem por objetivo valorizar a cultura local a partir de discussões identitárias que permeiam os conceitos de memória, território, sustentabilidade e diversidade étnico cultural.

Contudo, a mais tradicional e abrangente ação da APOP é a realização da *Pomerfest*, uma festa cultural que ocorre anualmente no distrito de Laginha com o apoio do poder público municipal, entidades locais e a participação de toda a comunidade. A primeira edição da festa aconteceu no ano de 2010 e nesse ano de 2017 caminhamos para a realização da oitava edição.

Apesar de seu pioneirismo e a emergência das causas territoriais e culturais que defende, ao longo do tempo a APOP passou a ser questionada por sua representação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sob o argumento de que a instituição limita-se ao nível local e não teria condições de representar o Povo Pomerano nacionalmente. Nesse sentido, tem surgido propostas divergentes em relação a organização dos pomeranos a nível nacional, o que também tem gerado conflitos entre lideranças e instituições pomeranas de diferentes regiões do Brasil.

Outro embate que se apresentou recentemente foi o fato de que as duas instituições que representavam os pomeranos na antiga Comissão Nacional eram do estado do Espírito Santo, o que gerou questionamentos por parte de associações pomeranas de outras regiões que reivindicavam mais espaço nesse cenário. No entanto, acredito que, em parte, esse conflito foi resolvido com a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), pois regulamentou-se a forma de representatividade de cada segmento.

Nesse sentido, essa pesquisa aciona algumas questões relacionais que serão discutidas no decorrer do texto: Como se processam as relações de mútuo reforço entre a luta por direitos, organização comunitária em defesa do território e afirmação identitária no contexto de criação e regulamentação do Monumento Natural dos Pontões Capixabas? Os pomeranos se apropriaram efetivamente do conceito de povo tradicional em sua plenitude e têm ciência de todos os direitos que essa categoria lhes permite? Quais os desdobramentos para o Povo Pomerano no Brasil



em relação a organização social e os conflitos por representação decorrentes da apropriação da categoria de povo tradicional e o reconhecimento na Política Nacional (PNPCT)?

Diante dessas questões, o objetivo geral da pesquisa consiste em identificar e discutir as relações de mútuo reforço entre a luta por direitos e defesa do território e o processo de afirmação identitária, pertencimento e organização social da comunidade pomerana de Pancas a partir da apropriação da categoria de povo tradicional reconhecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e os desdobramentos decorrentes dessa nova categoria para o Povo Pomerano no Brasil.

A partir disso, seguem-se três objetivos específicos: i) analisar as disputas políticas e territoriais envolvidas no processo de criação e regulamentação do Monumento Natural dos Pontões Capixabas e as estratégias de resistência acionadas pela comunidade pomerana na luta por direitos e defesa de seu território; ii) desenvolver ações de intervenção no contexto local com a finalidade de promover uma apropriação por parte da comunidade pomerana dos mecanismos políticos e jurídicos em defesa de seu território, modo de viver e tradicionalidade; iii) analisar os desdobramentos decorrentes do processo de apropriação da categoria de povo tradicional e discutir os conflitos que surgem desse processo de objetificação da identidade e por legitimidade de representação e organização social.

## PERCURSO METODOLÓGICO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Diante da situação de conflito vivenciada pela comunidade pomerana de Pancas em decorrência da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, considerando que sou oriundo da referida comunidade e que esse episódio faz parte de minha experiência pessoal, a realização dessa pesquisa afina-se com as perspectivas da pesquisa-ação. Segundo Tripp (2005: 447), “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”.

Desse modo, ocorre um maior envolvimento do pesquisador no contexto de ação efetiva dos grupos envolvidos, ou seja, ao mesmo tempo em que busca compreender o contexto, os sujeitos e seus discursos, o pesquisador também

interfere na problemática e analisa os resultados dessa inserção. Considero que minha primeira intervenção foi o retorno à comunidade, passando a ocupar um cargo na Associação Pomerana (APOP) e representando essa instituição na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No primeiro momento da pesquisa, realizei uma etapa exploratória do contexto com o objetivo central de levantar informações sobre o histórico do conflito e a atual situação do mesmo, além de promover uma aproximação com os sujeitos envolvidos e analisar a atuação de cada um – e das respectivas instituições as quais estão vinculados. Nesse intuito, realizei entrevistas individuais semiestruturadas com lideranças comunitárias da Associação Pomerana de Pancas (APOP), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Paróquia de Pancas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas. Também entrevistei o atual gestor do Monumento Natural dos Pontões Capixabas, Juarez Scalfoni, e o ex-presidente do ICMBIO, Roberto Vizentim, que acompanhou de perto o conflito em questão.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na busca, organização, leitura e análise da documentação produzida durante o conflito. Junto ao ICMBIO tive acesso aos três processos que envolvem a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e sua recategorização para Monumento Natural, totalizando 456 páginas de texto. As instituições locais como a Associação Pomerana, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Igreja Luterana, anteriormente citados, disponibilizaram as atas de reuniões e demais documentos produzidos pelos mesmos. Assim, a partir dessas fontes históricas e com auxílio da literatura especializada, utilizei o método de análise documental para discutir os conceitos e as categorias acionadas pelos agentes e agências envolvidas na situação problema.

Além da realização de entrevistas individuais com agentes do Estado e lideranças comunitárias, também foram realizadas rodas de conversa, reuniões e eventos com a comunidade interessada. Esses momentos serviram não só para coleta de dados, mas também para socialização de informações e promoção de debates sobre as questões políticas e jurídicas que envolvem o contexto do Monumento Natural dos Pontões Capixabas no intuito de intensificar a apropriação qualitativa e o protagonismo autônomo da comunidade. Além disso, foram discutidas

questões relacionais como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a organização socio-política do Povo Pomerano em defesa de seus direitos.

Dessa feita, por meio da metodologia adotada e orientado pela discussão central de afirmação identitária e luta pelo território, busquei desenvolver uma análise sobre o conflito socioambiental em questão e, ao mesmo tempo, participar ativamente do processo de mobilização e organização da comunidade pomerana enquanto povo tradicional. Assim, procurei colaborar na construção de uma compreensão mais aguçada da comunidade acerca das relações de poder e das disputas de sentidos que operam no contexto, vislumbrando um papel ativo do sentido comunitário e do sentimento de pertencimento.

Com efeito, a colaboração da pesquisa se deu através da socialização de conhecimentos e promoção de discussões sobre as leis que regulamentam as Unidades de Conservação (SNUC), sobre os dispositivos legais de proteção dos direitos territoriais dos povos tradicionais, fomentando debates sobre os direitos dos pomeranos como povo tradicional reconhecido pela Política Nacional (PNPCT). Em síntese, a realização da pesquisa constituiu um espaço de socialização e análise de informações pertinentes a essas questões potencializando a participação da comunidade no contexto de conflito em que está inserida, bem como a mobilização comunitária e a apropriação dos dispositivos político e jurídicos ao seu alcance tendo em vista um protagonismo autônomo que garanta a sustentabilidade cultural e material dos modos de ser e de viver do povo pomerano local.

No intuito de discorrer e problematizar a realização da pesquisa, expor e analisar seus resultados, o texto da dissertação está estruturado em quatro capítulos: I) Povo Pomerano: imigração, identidade e território; II) A criação de Unidades de Conservação e os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil; III) Ações de intervenção da pesquisa; IV) Povo Tradicional Pomerano: uma categoria em construção.

O primeiro capítulo intitulado “Povo Pomerano: imigração, identidade e território”, traz um esboço da trajetória dos pomeranos no Brasil, principalmente, no estado do Espírito Santo, tomando como ponto de partida o processo migratório desse povo desde a saída da Pomerânia, na Europa, rumo à nova pátria. Além disso, discuto as migrações internas posteriores que deram origem às diversas

comunidades pomeranas em terras capixabas, com foco no município de Pancas, lugar onde eclodiu o conflito territorial que resultou nessa pesquisa. Os métodos predominantes no desenvolvimento desse capítulo foram a revisão bibliográfica, diário de campo e a realização de entrevistas com pessoas de referência na comunidade local.

O segundo capítulo discute a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas nos municípios de Pancas e Águia Branca e o processo de recategorização da unidade para Monumento Natural em virtude da organização e mobilização da comunidade local por meio da Associação Pomerana de Pancas (APOP). Além disso, promove-se uma análise do contexto de criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil, por vezes orientado por um discurso preservacionista da natureza que inviabiliza práticas e saberes dos povos tradicionais, ocasionando conflitos socioambientais e situações de injustiça ambiental.

Para tais discussões, foram utilizados os métodos de análise documental, revisão da literatura especializada e realização de entrevistas com lideranças comunitárias e agentes governamentais. Como fontes de pesquisa foram utilizadas as entrevistas, os documentos produzidos pela comunidade e por suas respectivas instituições representativas, além dos documentos de posse do ICMBIO que registram todas as fases do conflito em questão, desde a solicitação da criação do Parque Nacional até posterior recategorização para Monumento Natural.

No terceiro capítulo encontram-se os relatos das ações de intervenção promovidas no decorrer dessa pesquisa, minha atuação como pesquisador do MESPT e como liderança comunitária ocupando um cargo na Associação Pomerana (APOP). Ao desenvolver a pesquisa, procurei pautar a questão do processo de regumentação do Monumento Natural dos Pontões Capixabas nas reuniões ordinárias da APOP, além de participar da organização de eventos, à exemplo do Encontro de Formação de Lideranças Pomeranas do Espírito Santo, para discutir assuntos como o conflito territorial em Pancas, a organização do Povo Tradicional Pomerano enquanto movimento social a nível estadual e nacional e temáticas referentes ao Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Na posição de Coordenador de Cultura da APOP, desenvolvi e coordenei o projeto “Histórias, Memórias e Saberes”, implementado no ano de 2016 como uma

disciplina na grade curricular da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastiana Grilo, localizada em Laginha, distrito do município de Pancas. E em parceria com a Secretaria de Educação do município, realizei rodas de conversa com os professores da rede municipal de ensino sobre educação ambiental e unidades de conservação, com foco na situação atual do Monumento Natural que atinge a região.

O quarto e último capítulo aborda os desdobramentos do processo de afirmação identitária pomerana e organização social a partir da apropriação da categoria de povo tradicional, a inserção na Comissão Nacional e o reconhecimento na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a organização comunitária por meio da criação da Associação Pomerana de Pancas (APOP), o surgimento de outras associações pomeranas no Espírito Santo e em outros estados da federação, e os conflitos identitários internos decorrentes dos interesses divergentes em relação ao formato de organização dos movimentos de luta e de disputas por espaços de representação na esfera política nacional do Povo Pomerano.

## **1 POVO POMERANO: IMIGRAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO**

### **1.1 POMERANOS: QUEM SOMOS?**

Falar do meu povo e, principalmente, da minha comunidade me impôs um grande desafio: o estranhamento. Para que seja possível promover profundos questionamentos é fundamental desenvolver a capacidade de estranhar os modos, ações e processos que normalmente parecem comuns e corriqueiros. Para elucidar essa questão, quero relatar um episódio ocorrido ao acaso e que despertou essa discussão: certo dia estava na comunidade, parado em frente a uma mercearia aguardando o momento de ir para casa, não estava pesquisando, tinha apenas feito compras – se é que é possível não pesquisar quando se está imerso numa pesquisa de mestrado.

Continuando, enquanto aguardava, ouvi uma conversa entre dois homens que aparentemente não eram pomeranos e eu não os conhecia, conversavam sobre muitas coisas: a crise econômica, a seca que assolava a região, a queda da produção agrícola e a falta de trabalho. No meio da conversa, um dos homens

afirmou que os pomeranos é quem mais sofreriam com a situação de crise, e justificou sua opinião dizendo que estes normalmente tem dificuldades em vender o gado, por exemplo, porque possuem um vínculo afetivo com seus animais. Nas palavras dele: “se vão vender uma vaca, não pode porque aquela é da esposa, a outra é da filha e assim por diante” (Diário de campo, 2016).

Ouvir essa conversa me fez lembrar da minha infância e perceber que era exatamente como foi descrito: tínhamos nossos animais e plantações e todos nós fazíamos parte da *Land*<sup>2</sup> – e tomemos o sentido de *Land* além da tradução literal. Para os pomeranos, a sua terra, sua propriedade, seu espaço, é também o local de reprodução das práticas sociais e culturais, onde se expressam valores centrais na construção da identidade pomerana (BAHIA, 2011).

Dessa forma, a estreita relação que os pomeranos mantém com sua *Land* não se restringe somente à questão material de posse da terra e, assim, a *Land* deve ser compreendida a partir do conceito de território, não só como espaço físico, mas também como o lugar onde desembocam todas as ações, poderes, forças e fraquezas, onde a história do homem se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 1998).

Pode-se afirmar que, devido sua expressão simbólica, o território é um construtor de identidade e compreende também as relações de poder, pois converge todas as forças e interesses que muitas vezes são bem distintos (HAESBAERT, 1998). O lema da Associação Pomerana de Pancas (APOP) – *Ous Land, Ous Lüür*<sup>3</sup> – é um importante indicativo da dimensão política, simbólica e identitária do território desse povo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) define territórios tradicionais como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007: 01). Desse modo, o território é o local onde ocorrem tanto as trocas materiais quanto as espirituais e não se define apenas por um princípio material de

---

<sup>2</sup> O termo *Land* no idioma pomerano significa terra, propriedade rural – tradução segundo o Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português.

<sup>3</sup> “Nossa terra, nossa gente” – tradução segundo o Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português.

apropriação, mas, também, por um princípio cultural de identificação e de pertencimento.

Little (2002: 03) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. A relação particular que cada grupo social mantém com seu território é chamada de cosmografia que, para o Little, pode ser definida como

os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002: 04).

Dessa feita, Rocha e Favilla (2015) alertam que

A garantia de manutenção dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios tradicionalmente ocupados ainda se configura como a principal questão para a reprodução sociocultural destes segmentos. Os territórios tradicionalmente ocupados são os espaços onde são mantidas as memórias coletivas dos grupos, onde estão seus ancestrais, onde se encontram seus sítios sagrados, onde é vivenciada a cultura, onde se têm acesso aos recursos naturais vitais para sua produção e reprodução e que incorpora as visões de mundo e cosmologia. Portanto, garantir o acesso aos territórios é manter viva as tradições culturais, sociais e econômicas dos povos e comunidades tradicionais (ROCHA e FAVILLA, 2015: 62).

Em relação aos territórios tradicionais, Little (2002: 10) ressalta que “as relações específicas imbuídas na noção de lugar não devem ser confundidas com a noção de originariedade, isto é, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica”. Segundo o autor, “a situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não” (LITTLE, 2002: 10), e que

a maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva dependeria em parte da história de migrações que o grupo realizou no passado. A memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos (LITTLE, 2002: 11).

Marc Auge (2000: 83) define lugar como “lugar de identidade, relacional e histórico”, “onde a experiência dos indivíduos está vinculada aos espaços que eles percorrem e habitam, a sua cultura, a sua história” (SÁ, 2014: 221). No caso dos pomeranos da comunidade de Laginha/Pancas, ocorre a defesa do território em que

se encontram atualmente, onde estabeleceram vínculos sociais, culturais e identitários. A antiga Pomerânia, lugar de origem, permanece na memória coletiva e afetiva desse povo e o território atual é fruto de um processo histórico de ocupação e territorialização. Nesse sentido, considero que

os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002: 11).

Ao tratar de identidade pomerana, lembro-me também de um episódio ocorrido durante minha graduação: numa aula de História do Espírito Santo em que o tema era imigração europeia nesse estado, quando o professor fez referência aos pomeranos, um aluno, colega de curso, afirmou que era pomerano e isso gerou gargalhadas na turma. O fato é que ele é fisicamente negro. No entanto, afirmou que havia sido criado desde criança por uma família pomerana na região serrana do Espírito Santo e que, portanto, se considerava pomerano por partilhar desse ambiente, dos costumes e das tradições desde a infância.

O mais inusitado é que os demais colegas, que sabiam que eu era pomerano “legítimo” (segundo eles), me procuraram para que eu pudesse confirmar a história do colega negro pomerano, como se eu tivesse alguma autoridade para determinar se ele realmente era ou não pomerano como afirmava. Me pergunto: como determinar se alguém é ou não algo? Se meu colega afirmava ser pomerano e se sentia como tal, o que me autorizava afirmar o contrário?

Infelizmente, essas questões que permeiam o imaginário de uma cultura pura, ainda estavam presentes nas discussões vivenciadas durante a realização dessa pesquisa e em encontros e reuniões de lideranças pomeranas, que muitas vezes se questionavam, em discussões calorosas, sobre o que seria de fato verdadeira cultura ou tradição pomerana.

Eu mesmo já passei por uma situação de desconforto em relação a minha identidade étnica. Certa vez li um texto em que uma seção intitulada “identidade e cultura pomerana no Espírito Santo” listava uma série de traços culturais, costumes e tradições que o autor apresentava como sendo “verdadeiramente” pomeranas. O



autor ainda afirmava categoricamente que se tais traços identitários eventualmente se “perdessem”, o indivíduo deixaria de ser pomerano.

O que me incomodou profundamente é que nenhum daqueles aspectos listados no texto faziam parte do meu cotidiano, ou seja, eu não era mais pomerano? Com que autoridade alguém se coloca no lugar de definir a identidade do outro? A partir de então, em todas as minhas pesquisas, me preocupo em não fazer o mesmo. Não me sinto confortável em dizer ou determinar como os pomeranos são, pensam ou se comportam e, toda vez que leio um texto nesse formato, me sinto no lugar do exótico e isso me incomoda.

Faz-se necessário ressaltar que as comunidades pomeranas no Espírito Santo, devido o processo de migrações e deslocamento dos pomeranos no estado, além do processo de ocupação do território que ocorreu em contato com outros povos, consistem em localidades em que há predominância de famílias pomeranas em detrimento de outras, ou seja, as comunidades pomeranas nada mais são do que lugares em que há maior número de pessoas que se identificam como tais do que habitantes de outras etnias. Desse modo, as comunidades pomeranas são formadas tanto por indivíduos pomeranos quanto por não pomeranos e estão em constante processo de intercâmbio cultural.

Na literatura, é recorrente o discurso de que o processo de ocupação e assentamento dos imigrantes europeus nas terras capixabas resultou na formação de comunidades isoladas ou pouco acessíveis no interior do estado, e que esse isolamento teria contribuído para a manutenção das práticas culturais desses imigrantes e preservado suas tradições (MARTINUZZO, 2009).

De fato, as primeiras décadas de migração europeia no Espírito Santo foram marcadas pelo abandono por parte do Estado, principalmente, no que se refere ao acesso a educação e saúde. As comunidades não dispunham de estradas adequadas e, entre os pomeranos, a Igreja Luterana acabou por suprir boa parte das obrigações do poder público, principalmente, na construção de escolas.

No entanto, é um equívoco afirmar que essas comunidades eram isoladas. A nível local e até mesmo regional, as comunidades de imigrantes europeus mantinham contato entre si e com os demais povos que aqui já se encontravam, inclusive com os indígenas. No decorrer dos fluxos migratórios no Espírito Santo, o

principal ponto de troca cultural dos pomeranos com os outros grupos de imigrantes e brasileiros se dava pelas redes de comércio (SPAMER, 2016). Nesse sentido, entendo que o discurso de isolamento das comunidades pomeranas que resultou na suposta “manutenção da cultura”, remete à ideia de atraso histórico e econômico, permeado pelo imaginário de uma cultura pura que, a meu ver, não passa de uma idealização.

Os outros, os não pomeranos, são componentes importantes nas comunidades pomeranas e estabelecem relações fundamentais na formação da identidade, cultura e organização social do povo pomerano. Segundo Barth (2011), situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes influenciam na manutenção da fronteira étnica, pois impõe-se a necessidade de marcar as diferenças no intuito de persistir na unidade do grupo. Contudo, ainda segundo Barth (2011), quando indivíduos de culturas diferentes interagem, também ocorre um processo em que essas diferenças se reduzem, uma vez que a interação simultânea requer e cria uma convergência de códigos e valores.

Devemos considerar que existem características específicas em cada comunidade pomerana nas diferentes regiões do Espírito Santo e também nas comunidades das outras regiões do país. Essas particularidades são resultado das condições históricas, geográficas, climáticas, econômicas, sociais e culturais de cada lugar. Por exemplo: as comunidades pomeranas da região serrana do Espírito Santo são conhecidas pela grande produção de hortifrutigranjeiros enquanto que as comunidades do norte do estado se destacam pela produção de café, sendo que ambas as atividades desempenham importante papel na economia desse estado. Há também aspectos comuns e convergentes entre as comunidades pomeranas, dos quais posso citar: os vínculos familiares (redes de parentesco), os laços afetivos com a *Land*, as práticas de reciprocidade como os mutirões, a religiosidade e, principalmente, o idioma (a língua pomerana).

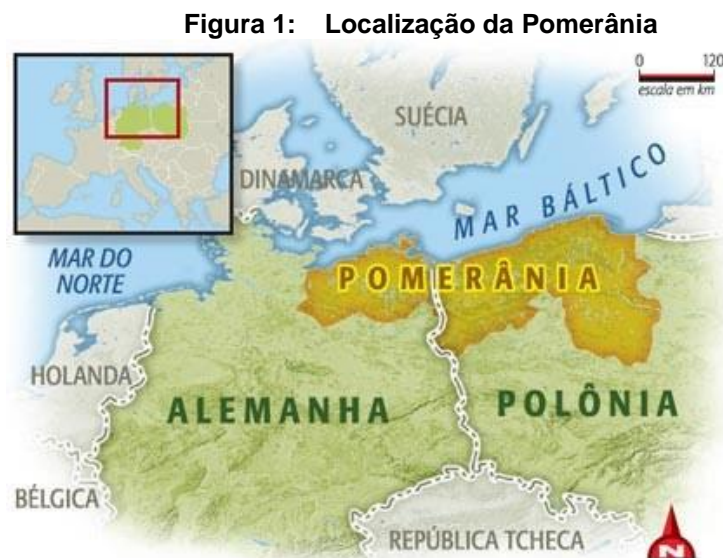
Dessa forma, de acordo com Hall (2011), é a partir das situações de interação, contato e troca, que as transformações culturais ocorrem, fazendo com que os modos, hábitos, costumes e tradições se modifiquem e se adaptem às novas vivências de modo que a identidade se estabeleça a partir da relação com o outro, com aquilo que não é, com o que falta. Nesse sentido, a cultura está em estado de fluxo constante e não há a possibilidade de estagnação, porque os processos

culturais estão sendo constantemente gerados à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. São as experiências individuais dos sujeitos, dentro de uma coletividade, que determinam sua cultura e variações (BARTH, 2005).

Diante dessas questões, ressalto que essa pesquisa preocupa-se em abordar as particularidades da comunidade pomerana de Pancas/ES e sua relação com a trajetória do povo pomerano no Brasil. Eventualmente, pode ser que algumas especificidades, tradições, costumes ou comportamentos comentados nesse estudo não correspondam às práticas dos pomeranos de outras regiões do Espírito Santo ou do país. Não que isso seja um problema, apenas ressalta a diversidade cultural desse povo e jamais será de meu interesse propagar práticas pomeranas locais, eventualmente específicas da comunidade de Pancas, como únicas, absolutas ou homogeneizadoras.

## 1.2 DA POMERÂNIA PARA O BRASIL

A Pomerânia localizava-se próxima ao Mar Báltico e era dividida em Pomerânia Anterior (a oeste) e Pomerânia Posterior (a leste), como pode ser observado no mapa abaixo. Ao término da Segunda Guerra Mundial a Pomerânia deixou de existir no mapa europeu. Pelo Tratado de Potsdam, a República Democrática Alemã ficou com a parte correspondente a Pomerânia Anterior e ao território polonês foi anexada a Pomerânia Posterior, de onde é originária a maioria dos pomeranos que imigraram para o Espírito Santo (RÖELKE, 1996).



Fonte:

[http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg\\_article\\_print/0,3916,1671261-1641-1,00.html](http://revistagloborural.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,1671261-1641-1,00.html). Acesso em 21 de janeiro de 2017.

A entrada de imigrantes europeus no Brasil passou a ser política de Estado em meados do século XIX. Com a chamada Lei de Terras de 1850, o Império Brasileiro, orientado pela ideia de miscigenação e “branqueamento” da população, criou condições para que europeus viessem para o Brasil no intuito de formar uma classe de pequenos agricultores que ocupariam áreas que os colonizadores portugueses ainda não tinham dominado por falta de condições e/ou interesse. Desse modo, observa-se o interesse político por parte da corte brasileira em importar mão-de-obra branca para ocupar o território e, em parte, substituir os africanos escravizados, principalmente, após a abolição da escravidão negra no Brasil.

Para tanto, o império brasileiro enviou diversos “agentes de imigração” para nações europeias como a Prússia, Suíça e Itália. Esses agentes eram responsáveis por fazer propaganda das terras brasileiras e disseminar as potencialidades de uma vida nova num país de natureza exuberante e terras abundantes. Esse discurso fez muito sucesso entre os europeus empobrecidos, dentre eles os pomeranos que, devido ao início do processo de industrialização da Europa e as mudanças nas relações de trabalho, encontravam-se socialmente desestruturados e economicamente descapitalizados (THUM, 2009).

No início a imigração era fomentada pelo governo brasileiro, que oferecia alguns benefícios aos imigrantes como a doação de lotes de terras e ferramentas manuais para o trabalho (machado, foice, enxada, etc.). No entanto, esses “benefícios” correspondiam mais aos interesses do império do que propriamente às necessidades primárias das famílias de imigrantes. As terras doadas, geralmente, eram sesmarias falidas ou não ocupadas anteriormente pelos colonizadores (THUM, 2009).

Além disso, normalmente eram terras de difícil acesso, de mata fechada e, muitas vezes, territórios indígenas, aspectos que trouxeram diversas dificuldades para os imigrantes. Também devemos considerar a questão da adaptação climática e a necessidade de desenvolvimento de novas técnicas de agricultura, já que os imigrantes europeus não detinham conhecimentos suficientes para se adaptar prontamente à uma vida em um país tropical e terras desconhecidas (THUM, 2009).

No Espírito Santo, os fomentos governamentais apenas beneficiaram as primeiras levas de imigrantes, com o tempo, o tamanho dos lotes de terras foram progressivamente reduzidos e passaram a ser comprados pelos imigrantes, não

mais doados pelo governo (BAHIA, 2011). Havia também a questão do idioma, pois os pomeranos se comunicavam em sua língua materna (ainda presente no cotidiano atual das famílias pomeranas) e não dominavam o português. Outra dificuldade apresentada aos pomeranos se tratava da religião, pois a maioria era (e ainda é) confessa do Luteranismo e, na época da imigração, o Brasil era oficialmente Católico, o que impôs restrições cívico-religiosas a esses imigrantes.

Faz-se necessário salientar que, mais adiante na trajetória do Povo Pomerano, novas adversidades se apresentaram. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a adesão do Brasil à guerra contra a Alemanha, os imigrantes germânicos que aqui se encontravam há décadas, foram perseguidos por serem confundidos com alemães nazistas. Os pomeranos foram proibidos de se comunicar em seu idioma e muitos livros e registros escritos em pomerano ou alemão foram queimados, jogados fora ou escondidos por medo de serem repreendidos ou até mesmo presos caso fossem encontrados com tais pertences.

Com base nas conversas com anciãos pomeranos que vivenciaram esse período, pode-se afirmar que a perseguição ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial permanece como um trauma na memória do Povo Pomerano. Observa-se que a partir de então as dificuldades aumentaram e aqueles que já encontravam-se abandonados na nova pátria, sentiram-se muito mais retraídos. A perseguição foi tamanha que a língua pomerana foi internalizada pelos próprios pomeranos como algo sem valor, com caráter de inferioridade em relação à língua oficial do país, o português. Atualmente, um dos grandes desafios que se apresenta ao Povo Tradicional Pomerano no Brasil é justamente a valorização, preservação e promoção de sua língua materna.

### 1.3 IMIGRAÇÃO POMERANA NO ESPÍRITO SANTO

A entrada de imigrantes no Brasil passou a ser política de Estado no século XIX. A partir de então, o estado do Espírito Santo recebeu as primeiras levas de imigrantes germânicos e, dentre esses, encontravam-se os pomeranos. Assim como os demais imigrantes, os pomeranos chegaram com a missão de ocupar extensas porções de terra, ainda não desbravadas pelos colonizadores portugueses com o objetivo de construir uma vida nova em meio a Mata Atlântica do Espírito Santo.

O auxílio prometido pelo governo brasileiro beneficiou apenas as primeiras levadas de imigrantes, como já citado anteriormente. Dessa forma, mesmo desamparados e se comunicando em língua estrangeira, os imigrantes foram enviados a regiões de floresta nativa e se instalaram em terras antes ocupadas somente por indígenas. Tal processo de ocupação e povoamento resultou na formação de comunidades de imigrantes no interior do estado estruturadas principalmente em pequenas propriedades rurais devido ao tamanho dos lotes de terra adquiridos.

Os imigrantes germânicos foram os fundadores da primeira colônia imperial no Espírito Santo – a Colônia de Santa Isabel – criada em 1847. Trinta e oito famílias foram instaladas às margens do Rio Jucu, que atualmente corresponde ao distrito de Santa Isabel, município de Domingos Martins (WAGEMANN, 1949). Em 1857 o estado recebeu um novo contingente de imigrantes germânicos, que foram instalados na Colônia de Santa Leopoldina. Essa colônia foi o destino da maioria desses imigrantes, que marcaram presença em boa parte dos núcleos da colonização capixaba, desde seu início até o final do século XIX, e mais ao norte da região do Rio Doce em meados do século XX.

Em termos quantitativos, os imigrantes germânicos no Espírito Santo perdem apenas para os italianos, que representavam maioria absoluta. Entre 1846 e 1900, o estado recebeu cerca de quatro mil imigrantes germânicos e desse montante, aproximadamente, 56% eram provenientes da região da Pomerânia, principalmente entre os anos de 1872 e 1873 (FRANCESCHETTO, 2003).

O berço da colonização germânica foi constituído na região centro-serrana do Espírito Santo, área montanhosa com extensões de terras em altitude, também conhecida entre os imigrantes como “terra fria”. Atualmente, as antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, com predominância de imigrantes germânicos, são formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá (BAHIA, 2011). O mapa a seguir auxilia na visualização dos fluxos migratórios do Povo Pomerano no Espírito Santo.



Terra, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu e parte de Colatina. Na década de 1920, se inicia outro período migratório em direção ao norte do Rio Doce, região conhecida entre os pomeranos como “terra quente”. Essa região corresponde hoje às localidades de Alto Mutum Preto, Pancas, Novo Brasil e Linhares. A partir de 1930 até a década de 1950 ocorre outra intensa migração rumo ao norte do estado. Essa colonização atingiu os atuais municípios de São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Vila Valério e Vila Pavão (RETZ, 2005).

Há de se considerar que muitos pomeranos migraram em direção ao estado de Minas Gerais, onde também fundaram comunidades, principalmente, nos municípios que fazem divisa com o estado do Espírito Santo, a exemplo do município de Itueta/MG. Além disso, a partir do final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, muitos pomeranos saíram do Espírito Santo rumo ao norte do país, especialmente, para Rondônia.

Dessa forma, a partir do assentamento inicial de imigrantes na região montanhosa central do Espírito Santo e da migração interna até a segunda metade do século XX, majoritariamente em direção ao norte do estado, em maior ou menor proporção, os colonos germânicos marcaram presença nos atuais municípios capixabas de: Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Brejetuba, Baixo Guandu, Itarana, Itaguaçu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério, Vila Pavão, Vitória, Vila Velha e Serra (KILL, 1998).

Contudo, é perfeitamente possível que haja comunidades pomeranas em outros municípios capixabas não citados acima, pois, as pessoas migram constantemente por inúmeros fatores. Além disso, devemos considerar que em alguns lugares os pomeranos podem não ser a maioria da população e, por isso, não são identificados como uma comunidade. No entanto, isso não os torna menos pomeranos.

Dessa forma, é difícil afirmar o quantitativo de pomeranos que há em todo o estado do Espírito Santo e onde exatamente se localizam. Contudo, segundo Tressmann (1998), estima-se que no Espírito Santo esse número ultrapasse 120 mil e no Brasil mais de 300 mil. O que posso afirmar é que alguns municípios, principalmente aqueles citados acima, são conhecidos pela presença pomerana e destacam-se no cenário cultural do Espírito Santo.



#### 1.4 O MUNICÍPIO DE PANCAS

A migração para norte do estado do Espírito Santo se intensificou a partir da conclusão da Ponte Florentino Avidos sobre o Rio Doce, no município de Colatina, em 1928. Logo em seguida surgiram os primeiros núcleos populacionais de imigrantes no norte do estado, dentre os quais se encontravam os pomeranos que destinaram-se a ocupar parte da região que atualmente corresponde ao município de Pancas (RETZ, 2005).

**Figura 3: Localização do Município de Pancas/ES**



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pancas#/media/File:EspiritoSanto\\_Municip\\_Pancas.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pancas#/media/File:EspiritoSanto_Municip_Pancas.svg). Acesso em 12 de dezembro de 2016.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do município de Pancas no ano de 2016 era de aproximadamente 24 mil pessoas e, de acordo com informações disponíveis no endereço eletrônico oficial da prefeitura municipal, cerca de 60% dos habitantes locais são pomeranos. Contudo, ressalto que não há como mensurar exatamente o quantitativo de pomeranos no município, pois, até hoje, não se fez nenhuma pesquisa que priorizasse tal informação.

Pancas é um município localizado ao noroeste do estado do Espírito Santo e faz divisa com os municípios de Baixo Guandu, Colatina, São Domingos do Norte, Águia Branca, Alto Rio Novo e com o estado de Minas Gerais. Possui uma área de 825 quilômetros quadrados e está a uma distância aproximada de 200 quilômetros da capital do estado, Vitória. Atualmente, o município de Pancas possui dois distritos além de sua Sede: Vila Verde e Lajinha.

**Figura 4: Limites Administrativos de Pancas**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Até a década de 1920 a região de Pancas era majoritariamente habitada por indígenas conhecidos como Botocudos. A partir de então, vieram os primeiros imigrantes colonizadores provenientes da região de Minas Gerais. Dentre esses encontravam-se algumas famílias pomeranas: família Ross, no ano de 1922; família Romais, também em 1922; família Klemz, em 1924; família Ohnesorge, no ano de 1925; família Sthur, família Haese, família Ebert e família Binow no ano de 1928 (RETZ, 2005).

O processo de colonização da região de Pancas iniciou-se na década de 1920 e o primeiro povoado que surgiu recebeu o nome de Nossa Senhora da Penha, em 1924, com sede no atual distrito de Vila Verde. Em 1926, a sede do vilarejo foi transferida para a atual cidade de Pancas. Seu segundo nome foi Santa Luzia do Pancas, posteriormente, Vila Pancas. A emancipação do município ocorreu em 1963, desmembrando-se de Colatina (RETZ, 2005).

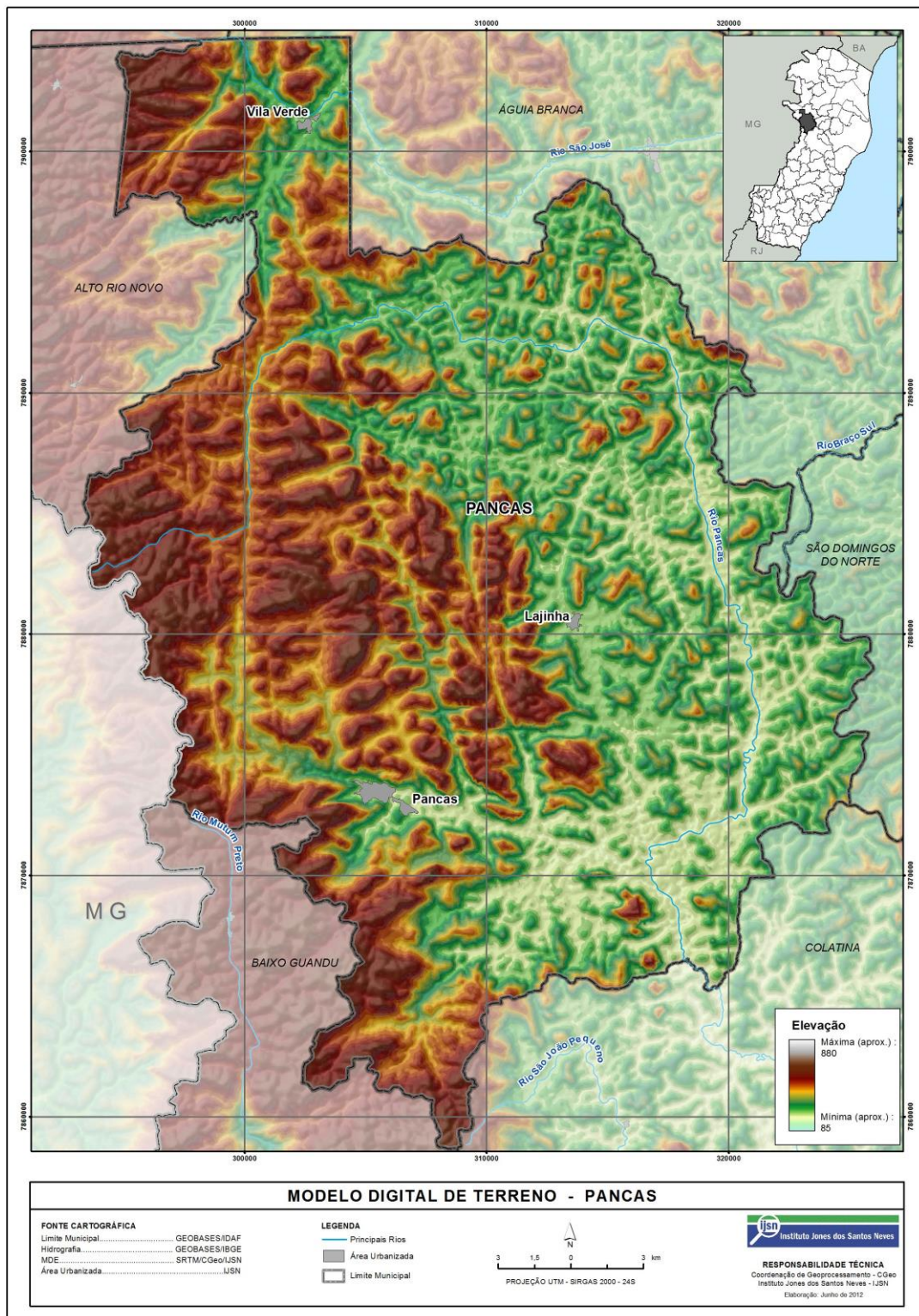
Durante a colonização da região, os pomeranos destinaram-se, em sua maioria, a ocupar a localidade que atualmente corresponde ao distrito de Laginha. As famílias pomeranas pioneiras foram: Entringer, Schram, Klipel, Schwambach, Hoffmann, Tesch, Borchardt, Ost, Pagung (RETZ, 2005). A maioria dos habitantes desse distrito vive em pequenas propriedades rurais, com uma produção agrícola familiar diversificada, voltada essencialmente para a subsistência, sendo sua maior fonte de renda a produção de café.

Estima-se que a população de Laginha seja de aproximadamente 8 mil habitantes, incluindo zona rural e urbana. Por fatores mencionados anteriormente, não se sabe ao certo quantas famílias pomeranas habitam a região, mas posso afirmar que o distrito de Laginha e suas proximidades é a região de maior concentração pomerana do município de Pancas. Tanto que a sede da Associação Pomerana de Pancas (APOP), localiza-se nesse distrito e a *Pomerfest*, principal festa pomerana realizada pela associação com o apoio da prefeitura municipal, acontece também em Laginha.

A região de Pancas, território conflitado entre um Povo Tradicional – os pomeranos – e uma Unidade de Conservação de Proteção Integral – o Monumento Natural dos Pontões Capixabas –, possui uma paisagem de grande beleza cênica, com um relevo exuberante composto por rochas imponentes, conhecidas como

pães-de-açúcar ou pontões – como são chamados na região. O mapa abaixo mostra a elevação do relevo em Pancas e as imagens adiante ilustram esse cenário.

**Figura 5: Relevo de Pancas**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

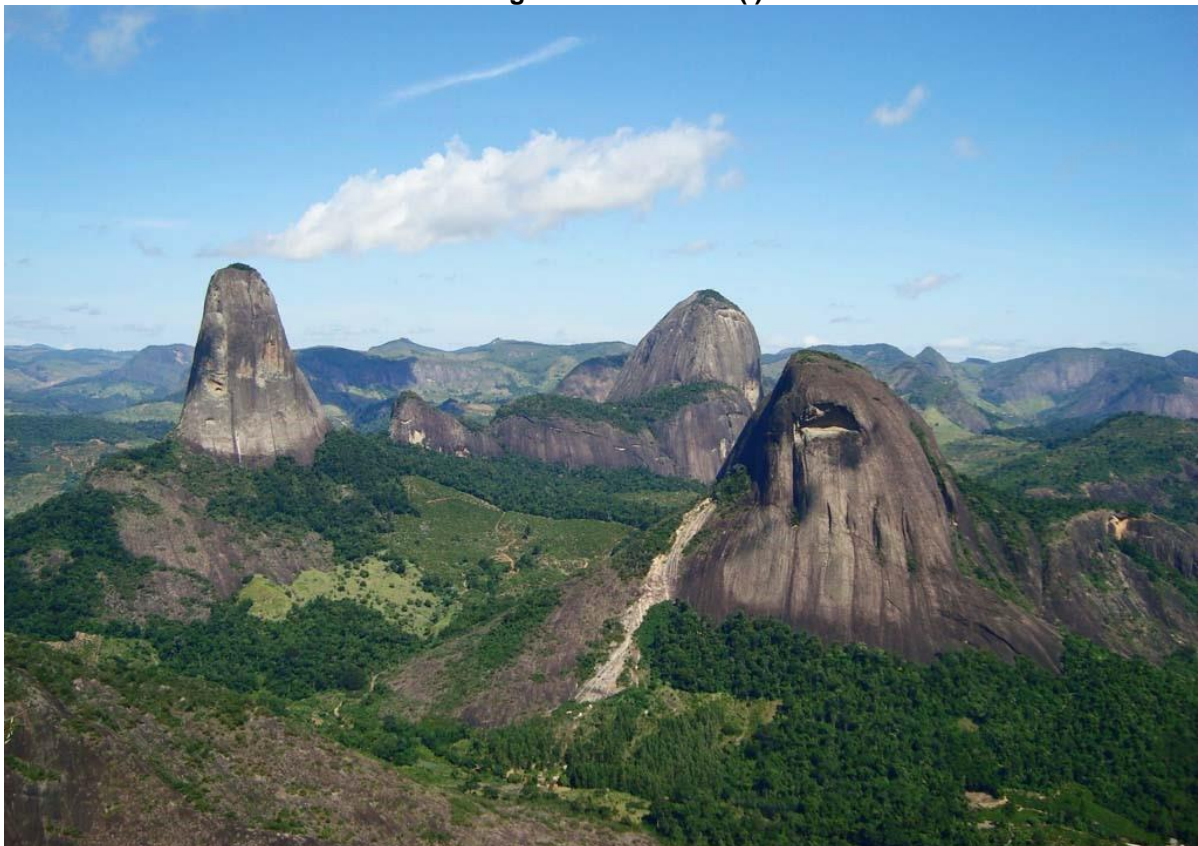


**Figura 6: Pedra Camelo (Símbolo turístico de Pancas)**



Fonte: <http://mapio.net/pic/p-21249621/>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

**Figura 7: Pontões (I)**



Fonte: <http://jp-lugaresfantasticos.blogspot.com.br/2012/05/pontoes-de-pancas-es.html>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

**Figura 8: Pontões (II)**



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2179-mn-dos-pontoes-capixabas>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

**Figura 9: Pontões (III)**



Fonte:  
<https://get.google.com/albumarchive/116531899108747189520/album/AF1QipPQIZxyw1ELAKFNn4ICXWI3S1rx-DFCA6LfXVNW/AF1QipObk6m1umXYuewPX4QTVPhbOKerOe5963L9TXJX>. Acesso em 27 de setembro de 2016.



**Figura 10: Pontões (IV)**

Fonte: <http://www.mochileiros.com/monumento-natural-dos-pontoes-capixabas-pancas-es-set-2012-t74887.html>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

A região dos Pontões, no noroeste capixaba, apresenta redutos de Mata Atlântica, um dos biomas mais rico em biodiversidade do mundo. Mas, também um dos mais ameaçados de extinção. A partir disso, o estabelecimento de áreas protegidas na Mata Atlântica tornou-se uma das estratégias criadas para sua proteção, tanto que o norte capixaba está entre as áreas prioritárias para a criação de corredores ecológicos (BARBOSA, 2013). Contudo, devido o elevado grau de degradação que perdura desde o período da colonização do Brasil, essas estratégias de preservação ambiental ainda se mostram insuficientes.

Por outro lado, a prática de implementação de Unidades de Conservação que desconsidera o importante papel desempenhado pelos povos tradicionais na conservação da biodiversidade e a falta de investimentos em programas de educação ambiental e recursos humanos para gestão, tem gerado conflitos socioambientais que resultam em processos de hostilidade e rejeição por parte das populações locais em relação às UCs. Não que os povos tradicionais sejam contra a preservação do meio ambiente, mas sim, pelo fato de que os processos de criação das Unidades de Conservação de proteção integral desconsideram os territórios e inviabilizam as práticas tradicionais e sustentáveis desses povos.

Ao se transformar territórios tradicionais em Unidades Conservação de Proteção de Integral, promove-se uma transição de lugares históricos e culturais para o que Marc Auge (2000) chama de “não lugares”. Para o autor,

Los no lugares son tanto las instalaciones necesarias para la circulación acelerada de personas y bienes (vías rápidas, empalmes de rutas, aeropuertos) como los medios de transporte mismos o los grandes centros comerciales, o también los campos de tránsito prolongado donde se estacionan los refugiados del planeta (AUGE, 2000: 41).

Segundo Teresa Sá (2014),

Os “não lugares” de Marc Augé são exatamente os meios que permitem a circulação de tudo e de todos, são não lugares, na medida em que sua vocação primeira não é territorial, não é a de criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimônios comuns, mas antes de facilitar a circulação (e, dessa maneira, o consumo) em um mundo com as dimensões do planeta (SÁ, 2014: 222-223).

À medida que as Unidades de Conservação de Proteção Integral como os Parques Nacionais, que expulsam as populações locais de seus territórios (geralmente povos tradicionais) tornando as terras em áreas do Estado, em que seus objetivos primeiros são a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento de pesquisas científicas e atividades turísticas, é possível considerar que esses espaços se transformam em “não lugares”. Pois, não promovem a construção de identidades coletivas e nem de relações simbólicas com o território, como o fazem os povos tradicionais em seus processos de territorialização.

Os Parques Nacionais, apesar de prezar pela preservação da natureza, representam também espaços de interesses econômicos e de fluxos de pessoas externas ao local, como turistas e pesquisadores, transformando-se em espaços de passagem. Dessa forma, as comunidades locais são excluídas e, por vezes, sofrem o ônus desse processo, à exemplo da desapropriação de suas terras.

Nesse sentido, a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas trouxe à tona a necessidade de discussão sobre a divergência de interesses que incidem na região conflitada. De um lado, a comunidade pomerana em defesa de seu lugar histórico, seu território, e de outro, o governo e ambientalistas, sob a justificativa da necessidade de preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da população local. Discussão que será aprofundada no capítulo seguinte.



## 2 A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL

### 2.1 O PARQUE NACIONAL DOS PONTÕES CAPIXABAS

A criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas sem a consulta prévia da população local, no ano de 2002, ocasionou um conflito socioambiental que deu origem ao processo de luta pomerana pelo território, o fortalecimento identitário, a mobilização local, a organização comunitária por meio da Associação Pomerana de Pancas (APOP), a inserção do Povo Pomerano na antiga Comissão Nacional – atual Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) – e o reconhecimento na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

A partir desse episódio e seus desdobramentos, nesse capítulo me proponho a discutir o contexto de conflitos socioambientais decorrentes da lógica praticada na gestão e criação de Unidades de Conservação no Brasil que, por vezes, ameaça os direitos territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, entendo que

os conflitos socioambientais ocorrem quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país: a continuidade de um tipo de ocupação do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades são desenvolvidas (ACSELRAD, 2005: 08).

Em 2003, a comunidade pomerana de Pancas percebeu que a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ameaçava a sua territorialidade e a continuidade do seu modo tradicional de viver, gerando uma situação de conflito. Segundo Zhouri, Laschefski e Pereira (2005),

o conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. Entendemos, pois, que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os conflitos daí decorrentes denunciam contradições, nas quais as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento mas assumem todo o ônus dele resultante. No entanto, esses excluídos não se constituem como vítimas passivas do processo e vem se organizando em variados movimentos, associações e redes [...]. Tais movimentos possuem, assim, diversas formas de

manifestarem seu desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação, ao mesmo tempo em que se colocam como portadores de outros projetos de vida e interação com o meio ambiente (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005: 18).

Além dos projetos industriais homogeneizadores como as hidrelétricas, monoculturas e a mineração, a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil também tem ocasionado injustiças ambientais, principalmente, no que se refere ao contexto dos Povos e Comunidades Tradicionais, à exemplo do conflito em Pancas. Entretanto, como ressaltam Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), os povos tradicionais têm se organizado e reivindicado seus direitos, como ocorre com o Povo Pomerano ao se mobilizar criando associações e estabelecendo redes de parcerias sob a apropriação da categoria de Povo Tradicional reconhecido pela Política Nacional (PNPCT).

Acselrad (2005) aponta que a categoria de meio ambiente

não pode ser vista apenas como objeto de cooperação mas também de contestação e conflito. Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Pois as matas podem ser ao mesmo tempo espaço de vida de seringueiros e geraizeiros ou espaço de acumulação e reserva de valor para a especulação fundiária. A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento da produção de energia barata para firmas eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim, só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico. A causa ambiental, portanto, não é necessariamente uma, universal, comum a todos, o que faria do ambiente necessariamente um objeto de cooperação entre os distintos atores sociais. Em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é também atravessado por conflitos sociais (ACSELRAD, 2005: 07).

O processo de criação de uma Unidade de Conservação na região dos Pontões Capixabas, que gerou o referido conflito socioambiental, foi aberto no IBAMA no ano de 2002 a partir de um documento emitido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, endereçado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), na pessoa do excelentíssimo ministro Dr. José Carlos de Carvalho, propondo a criação e implementação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral nos Pontões Capixabas (IBAMA, 2002), revelando uma divergência de interesses entre a comunidade local e agentes governamentais.

Segundo esse documento, a proposta contava com o apoio de diversas organizações não governamentais e órgãos públicos, ambientalistas e pesquisadores:

Esta proposta já conta com o manifesto e apoio de várias instituições, iniciando o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; a Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo; a Cia. de Polícia Ambiental/ES; a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente/ES de forma articulada com as Prefeituras Municipais de Águia Branca, Vila Pavão, Pancas, Ecoporanga, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia; o IBAMA/ES; Fundação Luterana de Sementes; o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; a Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos; Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica/IPEMA, entre outras entidades que também se manifestaram como parceiras para sua concretização. (IBAMA, 2002: 03).

Também de acordo com o documento, foi criado um grupo de trabalho para reunir informações técnicas suficientes para subsidiar o detalhamento da proposta de criação da Unidade de Conservação e os instrumentos jurídicos e administrativos necessários à sua concretização (IBAMA, 2002). Esse grupo foi constituído por representantes do

Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da Associação Nacional de Meio Ambiente, da Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente, do Instituto Estadual do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica, do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, da Unidade de Coordenação Estadual do Projeto dos Corredores Ecológicos e do IBAMA/ES (IBAMA, 2002: 04).

A partir dessas informações, nota-se que a comunidade local não participou do processo. No documento consta a realização de uma consulta pública sobre a criação de uma Unidade de Conservação nos Pontões Capixabas, conforme determina o SNUC. Porém, esse processo foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU) e realizado via *internet* no prazo de 15 dias (IBAMA, 2002). Ora, para uma comunidade rural, que na época não tinha acesso nem a cobertura de telefonia móvel, e que não foi comunicada sobre tal ocorrência, realizar uma consulta pública pela *internet* nada mais é do que inviabilizar a participação da mesma, negando seus direitos.

O texto disponibilizado para realização da consulta pública faz uma pequena caracterização geográfica da região e destaca a necessidade de preservação da fauna, flora e dos pontões rochosos. Além disso, ressalta os benefícios sociais e

econômicos que uma Unidade de Conservação poderia trazer para a população local:

A região apresenta uma ocupação rural de pequenas propriedades, com pastagens, café e outras culturas de subsistência. Os estudos em desenvolvimento objetivam definir um perímetro de unidade de conservação que provoque o menor impacto possível sobre as atividades já estabelecidas. A criação de um parque nacional, associada à beleza ímpar da região, irá proporcionar um crescimento do turismo, gerando novas opções econômicas para os municípios envolvidos.

A categoria proposta é de proteção integral, que implica na necessidade de aquisição pelo Governo, depois de criada a unidade, das terras de particulares existentes e na relocação de eventuais ocupantes tradicionais, de acordo com o que estabelece a Lei. A população do entorno será altamente beneficiada pelo controle da qualidade ambiental, pela regulação do processo de ocupação do solo, pela geração de novas oportunidades diretas e indiretas de emprego e trabalho, e pelo estímulo ao desenvolvimento regional de forma organizada e equilibrada (IBAMA, 2002: 53)

Em resposta a consulta pública, foram recebidos 32 *e-mails* de entidades e pessoas físicas de diversas regiões do país preocupadas com a preservação da Mata Atlântica no Espírito Santo e todas as manifestações foram favoráveis à criação da Unidade de Conservação nos Pontões Capixabas (IBAMA, 2002). Fato que já era de se esperar, devido a forma como a proposta foi transmitida. Porém, nenhuma dessas manifestações é oriunda da comunidade diretamente atingida pela área do Parque.

O texto divulgado para a realização da consulta pública considerava apenas os benefícios que a UC poderia promover, enfatizando a necessidade de preservação da Mata Atlântica, dos pontões rochosos e o desenvolvimento sustentável da população local. Nenhum impacto negativo foi previsto ou exposto, nem mesmo a possibilidade de desapropriação das mais de 500 famílias que atualmente residem no interior do Monumento Natural.

É até curioso encontrar no próprio documento que socilita a criação da UC uma lista das principais ameaças às áreas protegidas no Brasil e dentre elas cita-se os conflitos com as populações locais. Como solução, o documento sugere que a alternativa seria equacionar as demandas das populações com as necessidades de preservação do meio ambiente, em especial, a Mata Atlântica tão degradada. No entanto, não atentou-se ao fato de que a condução do processo sem a participação

da comunidade residente nos Pontões Capixabas resultaria num conflito socioambiental nos moldes daquele citado e que se pretendia evitar.

Como se pode verificar abaixo, dentre os impactos mencionados no documento que solicita a criação da UC nos Pontões Capixabas, não há previsão de conflito com a comunidade local, pelo contrário, todos os impactos listados são considerados benéficos:

Extensão das áreas legalmente protegidas da Mata Atlântica do Espírito Santo.

Aumento na eficiência dos mecanismos para a conservação da biodiversidade, além de contribuição para a realização de pesquisas técnico-científicas e atividades de educação ambiental.

*Interesse dos órgãos públicos municipais em preservar parte dos pontões rochosos, que deverá se refletir com a criação de novas Unidades de Conservação no entorno.*

Inserção das UCs em um sistema integrado de paisagens para garantir a conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos essenciais.

*Valorização do potencial ecoturístico da região, possibilitando novas atividades econômicas, ambientalmente sustentáveis, e a criação de oportunidades de geração de emprego e renda.*

Aumento da possibilidade de conectividade entre as Unidades de Conservação com formação de corredores biológicos, que propiciarão uma manutenção mais eficiente da fauna, possibilitando menor exposição e garantindo a permanência das espécies, mesmo em ambientes que devido ao seu isolamento seria praticamente impossível a existência da fauna (IBAMA, 2002: 23, grifo meu).

Novamente percebe-se a ausência da participação da população local na proposta de pesquisa e solicitação da criação da UC, mais do que isso, há a invisibilização da comunidade pomerana, pois, o documento não faz referência a existência da mesma. No meu entender, negligenciar a existência e a participação da comunidade local desde o início foi o principal erro cometido na condução desse processo e que desencadeou todos os conflitos posteriores.

Nessas condições, os pomeranos que outrora foram trazidos da Europa pelo governo brasileiro com a missão de colonizar terras satisfazendo aos interesses do Estado, agora foram considerados nocivos à preservação do meio ambiente e, novamente, atendendo aos objetivos do governo deveriam se retirar daquelas mesmas terras historicamente ocupadas.

Faz-se necessário ressaltar que o fato de órgãos públicos municipais terem demonstrado interesse na criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, não significa que a população local, em especial a comunidade pomerana, tivesse conhecimento e/ou participação no processo. Outra questão é o potencial turístico da região mencionado como uma atividade econômica e ambientalmente sustentável e que traria somente benefícios para a região, como a geração de empregos e o aumento da renda.

Não questiono os possíveis benefícios oriundos das atividades turísticas, porque são sim uma alternativa econômica viável para complementação do orçamento das famílias. Afinal, o município de Pancas já investe no agroturismo e no turismo de aventura, característicos na região<sup>4</sup>. No entanto, o turismo, se não for manejado de maneira adequada e equilibrada, também pode trazer prejuízos tanto ambientais quanto socio-culturais, principalmente, em se tratando de um território tradicional, pois interfere nos modos, saberes, fazeres e práticas tradicionalmente construídos há gerações pela comunidade local, no caso, o Povo Pomerano.

Além disso, como consta nas atas de reuniões sobre o processo de recategorização da UC, uma das reivindicações da comunidade consistia na destinação de recursos no fomento a agricultura familiar tradicional. No entanto, o documento não traz nenhuma garantia de investimentos nessa atividade e insiste apenas no potencial turístico como alternativa para promover o desenvolvimento sustentável da região (IBAMA, 2002).

Também é importante perceber que o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica utiliza-se de argumentos econômicos para justificar a preservação ambiental, ou seja, a razão predominante continua sendo a economia. O documento que solicita a criação da UC critica a destruição da Mata Atlântica por razões econômicas e justifica sua preservação também com argumentos econômicos (IBAMA, 2002). Dessa forma, outras alternativas são desperdiçadas ao se ignorar a presença e o modo que os povos tradicionais têm de se relacionar com seu território.

---

<sup>4</sup> Pancas possui rampas de para-pente que estão listadas entre as melhores do estado do Espírito Santo para prática desse esporte. O município já sediou etapas de campeonatos mundiais de vôo livre e recebe constantemente turistas estrangeiros.

Santos (2007) aborda essa questão ao discutir o que chama de “razão proléptica” e a necessidade de uma “Sociologia das Emergências”. Segundo o autor, a razão proléptica é uma das formas pela qual se manifesta a “razão indolente”, ou seja, razão “preguiçosa, que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo” (SANTOS, 2007: 25). De acordo com o autor,

a proléptese é uma figura literária bastante encontrada em romances, nos quais o narrador sugere claramente a ideia de que conhece bem o fim mas não vai contá-lo. É conhecer no presente a história futura. Nossa razão ocidental é muito proléptica, no sentido de que já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos. É mais crescimento econômico, é um tempo ideal linear que de alguma maneira permite uma coisa expantosa: o futuro é infinito (SANTOS, 2007: 26).

A proposta de criação da UC nos pontões capixabas se baseia em duas premissas principais: a preservação da Mata Atlântica e o desenvolvimento econômico da região. Desse modo, percebe-se que a justificativa para a preservação do meio ambiente está ancorada na ideia de progresso que, por consequência, admite que a população local encontra-se em atraso a partir da concepção de tempo linear que Santos (2007) apresenta.

Acsehrad (2010), ao discutir a questão ambiental, afirma que

Para a razão utilitária hegemônica, o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados; é expresso em quantidades; justifica interrogações sobre os meios e não sobre os fins para os quais a sociedade se apropria dos recursos do planeta; pressupõe um risco ambiental único, instrumental – o da ruptura das fontes de abastecimento do capital em insumos materiais e energéticos, assim como da ruptura das condições materiais da urbanidade capitalista –, ou seja, o risco de inviabilização crescente da cidade produtiva, por poluição, congestionamento etc. Dado esse ambiente único, objeto instrumental da acumulação de riqueza, a poluição é apresentada como “democrática”, não propensa a fazer distinções de classe (ACSELRAD, 2010: 108).

De acordo com o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, três argumentos principais justificavam a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no noroeste capixaba: I) proteção dos pontões rochosos de grande beleza cênica e paisagística no intuito de desenvolver o ecoturismo como uma alternativa econômica sustentável; II) preservação dos redutos de Mata Atlântica; III) preservação da fauna e, principalmente, da flora endêmica da região, privilegiando o desenvolvimento de pesquisas científicas (IBAMA, 2002).

Apresentando essas justificativas, foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente um documento com o objetivo de solicitar a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na região dos Pontões Capixabas, uma área que totalizaria 110.000 hectares, abrangendo os municípios de Pancas, Água Branca, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Vila Pavão, Água Doce do Norte e Ecoporanga (IBAMA, 2002).

A proposta também incluía a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), em âmbito estadual, no entorno do Parque e o manejo das duas Unidades de Conservação seria integrado em forma de um mosaico, como determina o SNUC. Contudo, o documento não estabelece os limites exatos e a extensão de cada uma das UCs, apenas afirma que a APA corresponderia à zona de amortecimento do Parque Nacional (IBAMA, 2002).

Então, em 19 de dezembro de 2002, por meio de decreto presidencial, foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas. Porém, a Unidade de Conservação atingia apenas dois municípios: Pancas e Água Branca, como mostra o mapa a seguir. Com isso, ocorreu a redução de sua área de abrangência para pouco mais de 17 mil hectares (BRASIL, 2002). Ressalto que na documentação levantada para análise nessa pesquisa não há nenhuma referência sobre os motivos dessa redução e nenhum dos entrevistados – tanto agentes governamentais quanto lideranças locais – souberam opinar sobre essa questão.

**Figura 11: Abrangência do PARNA Pontões Capixabas**



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3204005>. Acesso em 29 de novembro de 2016.



De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) a área do Parque Nacional – atual Monumento Natural – possui mais de 500 propriedades rurais, com cerca de 2212 habitantes em seu interior, sendo aproximadamente a metade de população tradicional, o povo pomerano. No entanto, esses dados são questionáveis, já que não existem registros da realização de pesquisas que comprovem tais informações. Assim sendo, esses dados não passam de estimativas superficiais. As organizações locais afirmam que esses números são muito maiores, mas também não estipularam nenhum quantitativo.

Mesmo com a redução da área de abrangência do Parque, sua criação e seus desdobramentos, principalmente, no que se refere à “desapropriação dos imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no decreto” (BRASIL, 2002: 01), provocaram reações de surpresa, espanto e medo na população local, ou seja, o suficiente para que um conflito se aflorasse. A partir de então, novos caminhos se apontaram no horizonte da comunidade pomerana de Pancas ao mobilizar-se em defesa de seu território.

A inserção do Povo Pomerano na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais se deu em função da luta da comunidade pomerana de Pancas, em que foram consideradas não só as especificidades culturais desse povo, mas, principalmente, sua relação com o meio ambiente, em especial, a Mata Atlântica. Dessa forma, percebe-se que a própria política governamental reconhece a estreita relação dos PCTs com o meio ambiente e, sobretudo, que esses povos desenvolvem um papel fundamental na preservação da natureza devido a sustentabilidade que vivenciam em suas práticas e saberes tradicionais.

Entretanto, a incompatibilidade da sustentabilidade vivida e praticada pelos PCTs e o modelo de desenvolvimento sustentável promovido pelo Estado têm gerado inúmeros conflitos socioambientais que decorrem, principalmente, da implementação de grandes empreendimentos econômicos como hidrelétricas, monoculturas e mineração que, por sua vez, são geradores de injustiças ambientais (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005). Além disso, cito a implementação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, em que os direitos dos povos tradicionais são sistematicamente ignorados, especialmente, no que se refere à

permanência no território tradicional, como é o caso da comunidade pomerana de Pancas.

Além do conflito com o Estado em relação ao Monumento Natural dos Pontões Capixabas, os pomeranos em Pancas sofrem com a atuação de empresas mineradoras, principalmente, com a extração de granito – atividade que ameaça fortemente a preservação dos pontões rochosos. No entanto, a questão das mineradoras vai além da exploração das rochas.

A crescente falta de investimentos na agricultura familiar por parte do poder público aliada às recorrentes secas que tornam cada vez mais difícil o acesso à água, têm levado muitos agricultores a substituir suas atividades tradicionais por um emprego assalariado, geralmente nas mineradoras – maiores empregadoras privadas da região. Mesmo que a agricultura seja predominante no cotidiano da comunidade local, é comum encontrar famílias em que pelo menos um de seus membros sobreviva do trabalho assalariado no intuito de aumentar a renda.

Outra situação que vem se agravando após a implementação da UC é a especulação imobiliária que, primeiramente, promoveu uma desvalorização da área a partir do risco iminente da perda das terras, mas, que, agora, devido aos investimentos turísticos, tem ocorrido um processo inverso. Nesse fluxo, a comunidade local preocupa-se com a inviabilidade de permanência no território, à exemplo do que já ocorreu em outras regiões do Espírito Santo, onde a especulação imobiliária e o turismo de luxo expulsaram comunidades inteiras de suas localidades.

Além disso, o norte do estado do Espírito Santo encontra-se entre as áreas prioritárias para a implementação de corredores ecológicos e mosaicos de Unidades de Conservação (BORTOLETO, 2015). Desse modo, outras comunidades pomeranas e demais povos tradicionais encontram-se ameaçados quanto aos seus territórios. Não advogo contra a necessidade de preservação do meio ambiente na região. No entanto, à exemplo do que aconteceu em Pancas, também compartilho da preocupação de Bortoleto (2015) ao se questionar se a implementação de projetos ambientais dessa magnitude irão realmente considerar os interesses das populações locais envolvidas no processo.

O documento que solicita a criação da UC nos Pontões Capixabas aponta a expansão da exploração madeireira, da lavoura cafeeira e da pecuária como as

principais causas da degradação ambiental no noroeste do Espírito Santo e afirma que os fragmentos restantes de Mata Atlântica na região localizam-se nos entornos dos afloramentos rochosos de difícil acesso, onde há a presença de uma vegetação rupestre e plantas endêmicas. O documento ainda alerta que, atualmente, os remanescentes de floresta encontram-se ameaçados por uma atividade econômica ainda mais impactante: a mineração de granito (IBAMA, 2002).

Diante disso, levanto algumas questões: seria coincidência que a área do Parque atinja exatamente o território da comunidade pomerana, predominantemente caracterizada por uma agricultura familiar de baixo impacto ambiental e que se encontra há gerações na região de Pancas? Seria também coincidência que os remanescentes ainda preservados de Mata Atlântica na região estejam justamente localizados no território dessa comunidade?

Rocha e Favilla (2015) afirmam que

A relação que os povos e comunidades tradicionais mantêm com seus territórios, vivenciando-os como parte integrante da sua cultura, história, memória, tradições, também é manifestada na forma como lidam com o processo produtivo. Há toda uma subordinação da atividade econômica às atividades sociais e culturais. Não podem ser dissociadas (ROCHA e FAVILLA, 2015: 62).

Nesse sentido, as atividades econômicas desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais representam apenas uma das dimensões de suas práticas e costumes. O sustento desses povos, ou seja, sua produção econômica está diretamente relacionada a uma ética cultural, social e religiosa que permeia todas as relações que estabelecem com o território e o meio ambiente.

Diegues (2000) aponta uma característica importante das culturas tradicionais:

A existência de um sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2000: 20).

Para exemplificar esse manejo sustentável, chamo atenção para a extração de palmito como um dos costumes entre as famílias pomeranas de Pancas. O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no documento que solicita a criação da UC nos Pontões Capixabas, menciona essa prática como uma

das ameaças aos remanescentes de Mata Atlântica na região. Contudo, as famílias pomeranas, por uma questão que envolve a religiosidade desse povo, consome o palmito principalmente na Semana Santa do calendário cristão, ou seja, na semana que antecede a Páscoa. Assim, os pomeranos sabem que anualmente farão a extração de palmito para consumo próprio e têm ciência de que precisam realizar o manejo sustentável dessa planta para que a tradição religiosa se perpetue.

Práticas como essa, de manejo sustentável do meio ambiente, são comuns entre os povos tradicionais e podem ser perfeitamente consideradas como exemplos de uma “Sociologia das Emergências” de Santos (2007). Para esse autor, na Sociologia das Emergências

Tentaremos ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são "descredibilizadas" porque são embriões, porque são coisas não muito visíveis. [...] Entre o nada e o tudo - que é uma maneira muito estática de pensar a realidade - eu lhes proponho o "ainda não". Ou seja, um conceito intermédio que provém de um filósofo alemão, Ernst Bloch: o que não existe mas está emergindo, um sinal de futuro.

Assim, na Sociologia das Emergências temos de fazer uma ampliação simbólica, por exemplo, de um pequeno movimento social, uma pequena ação coletiva. [...] A Sociologia das Emergências produz experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergência.

Não se trata de um futuro abstrato, é um futuro do qual temos pistas e sinais; temos gente envolvida, dedicando sua vida - muitas vezes morrendo - a essas iniciativas. A Sociologia das Emergências é a que nos permite abandonar essa idéia de um futuro sem limites e substituí-la pela de um futuro concreto, baseado nessas emergências: por aí vamos construindo o futuro (SANTOS, 2007: 37-38).

Nessa perspectiva, em contrapartida à razão hegemônica de desenvolvimento, Acselrad (2010) apresenta a existência de uma razão cultural que

se interroga sobre os fins pelos quais os homens se apropriam dos recursos do planeta; o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais; não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas. Os riscos ambientais, nessa óptica, são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”. O ambiente passa assim a integrar as questões pertinentes à cultura dos direitos – o direito metafórico de gerações futuras, num primeiro momento, constitutivo de um conflito também metafórico entre sujeitos presentes e sujeitos não nascidos; mas, em seguida, a percepção de que, para além da metáfora do conflito

intergeracional, haveria que se considerar também a concretude dos “conflitos ambientais realmente existentes”, protagonizados por sujeitos copresentes. E os sujeitos copresentes dos conflitos ambientais são, com frequência, aqueles que denunciam a desigualdade ambiental, ou seja, a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos (ACSELRAD, 2010: 108-109).

A sustentabilidade é frequentemente associada ao desenvolvimento, de modo que o discurso do desenvolvimento sustentável se apresenta na sociedade como uma alternativa para solucionar ou amenizar os problemas sociais, ambientais e econômicos do planeta. Contudo, Little (2002) nos alerta que a sustentabilidade é muito difícil de ser alcançada por qualquer modelo econômico visto que também possui dimensões políticas e culturais que envolvem a dinâmica das relações de poder. Segundo o autor a “sustentabilidade precisa ser estabelecida em múltiplas esferas – ambiental, demográfica, econômica, social, política, técnica – sendo que falhas em uma ou mais dessas esferas podem comprometer o modelo no seu conjunto” (LITTLE, 2002: 48).

Em nossa sociedade, a noção de desenvolvimento é pouco questionada, quase um senso comum associado à ideia de progresso técnico-científico e crescimento econômico, onde o ambientalismo se apresenta como um importante interlocutor entre os agentes e agências que discutem o desenvolvimento. Nesse contexto se insere o desenvolvimento sustentável, apresentado como uma alternativa viável que garanta a permanência da estrutura e da ideia de desenvolvimento já existente sob um discurso de preocupação com meio ambiente, o bem-estar das populações e com o futuro (RIBEIRO, 1992).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) define desenvolvimento sustentável como o “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (BRASIL, 2007: 01). Percebe-se a “noção de intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de justiça social (redução das desigualdades sociais e direito de acesso aos bens necessários a uma vida digna) e aos valores éticos (compromisso com as gerações futuras)” (NASCIMENTO, 2012: 54).

No entanto, os povos tradicionais acionam lógicas e éticas muitas vezes incompatíveis com o modelo de desenvolvimento sustentável vigente nas estruturas de poder dominante, representadas pelo Estado e que privilegiam o aspecto econômico. As sustentabilidades vividas e praticadas pelos PCTs não se resumem à noção de intergeracionalidade presente na argumentação de Nascimento (2012) e na própria PNPCT. Os povos tradicionais exercem uma lógica de reciprocidade com a terra, com o seu território e com as outras formas de vida. Fugindo da concepção de uma natureza restrita a recursos naturais, os PCTs coexistem de maneira mutuamente cooperada sob a lógica de que toda forma de vida humana e não humana tem o direito de existir e usufruir do meio que ocupam.

As práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais são compatíveis com os limites biofísicos da natureza, abarcando tanto aspectos materiais como espirituais que envolvem o viver bem de uma coletividade. Sabourin (2011), ao tratar das práticas de reciprocidade relacionadas a sustentabilidade das comunidades rurais, perfeitamente aplicáveis à realidade pomerana, afirma que

As atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social. Nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infra-estruturas ou equipamentos coletivos). Nos dispositivos partilhados de acesso, produção ou manejo de recursos comuns, não é possível dissociar a satisfação de necessidades econômicas da prioridade dada ao laço social, à relação humana de solidariedade e de preocupação com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade.

As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade (SABOURIN, 20011: 34).

Desse modo, há várias maneiras de se entender e discutir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e esse estudo compactua com o que Alier (2007) chama de ecologismo dos pobres, ou melhor, movimento por justiça ambiental. Segundo essa corrente, o crescimento econômico, subsidiado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, tem deslocado geograficamente cada vez mais as fontes de recursos naturais, representando assim a principal ameaça aos territórios tradicionais, ocasionando conflitos e situações de injustiças ambientais.

A partir da Política Nacional (PNPCT) – mas, não somente – nota-se que os povos tradicionais estão associados à ideia de conservação da biodiversidade, pois seus modos de vida evidenciam uma relação simbólica com os ciclos da natureza, que não é vista apenas como fonte de recursos naturais (ALMEIDA, 2009). Silva (2015) destaca que a

biologia da conservação aponta para uma relação de reforço mútuo entre diversidade cultural e a diversidade biológica, indicando que os modos de vida das populações tradicionais colaboram significativamente para a diversificação genética das espécies (SILVA, 2015: 237).

É fato que os Povos Tradicionais têm assegurado a conservação da biodiversidade em razão de sua relação com a natureza, nesse sentido, destaco a importância da sustentabilidade concebida e praticada por esses povos. Na perspectiva de Alier (2007), compreendo a sustentabilidade associada à ideia de justiça ambiental não só para que as gerações futuras tenham direito ao ambiente equilibrado como garante nossa Constituição (1988), mas sim, para que as gerações presentes, os povos tradicionais de agora, tenham seus direitos assegurados e que tenham a liberdade de usufruir de seus territórios a partir de seus modos de vida e territorializações historicamente constituídos.

## 2.2 DE PARQUE NACIONAL A MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS

Apesar da importante contribuição dos povos tradicionais à conservação da biodiversidade, já reconhecida pela própria ciência, a criação de parques nacionais e demais unidades de conservação de proteção integral ainda está ancorada no mito da natureza intocada (DIEGUES, 2008). Partindo da premissa preservacionista, a presença humana é considerada uma ameaça à biodiversidade, fazendo surgir inúmeros conflitos socioambientais com a sobreposição de unidades de conservação em territórios de povos tradicionais no Brasil.

A ideia e a prática de isolamento da natureza para fins de proteção surgiram no final do século XIX com o conceito norte-americano de natureza selvagem e intocada – *wilderness* – e persiste até os dias atuais. A principal proposta política dessa corrente ambientalista consiste em criar e manter reservas naturais, normalmente parques nacionais, protegidos da interferência humana. Nesse

contexto, procura-se preservar áreas de grande beleza cênica, predominando uma visão estética da natureza (SILVA, 2015; ALIER, 2007; DIEGUES, 2000).

Little (2002) ressalta que o preservacionismo e a criação de áreas protegidas representam uma vertente desenvolvimentista baseada na noção de controle e planejamento do Estado, considerando que as unidades de conservação, criadas pelo mesmo, se transformam em terras públicas. O autor argumenta:

Em primeiro lugar, as áreas protegidas são criadas pelo Estado mediante decretos e leis e conformam parte das terras da União, sendo portanto terras públicas. Em segundo lugar, a criação dessas áreas inclui sofisticadas pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas, mostrando o alto grau de conhecimento humano implicado nelas. Em terceiro lugar, as áreas protegidas estabelecem planos de manejo que especificam com minuciosos detalhes as atividades permitidas e proscritas dentro desses territórios (LITTLE, 2002: 16).

Diegues (2000) chama atenção para o fato de que o modelo de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil – em especial os Parques Nacionais – está em crise e elenca alguns motivos: muitas áreas protegidas estão sendo invadidas e degradadas por falta de investimentos públicos, de fiscalização e de informação à população na ausência de projetos de educação ambiental. Além disso, esse modelo foi criado no contexto ecológico e cultural dos Estados Unidos no final do século XIX e não se aplica a realidade dos países tropicais como o Brasil, que possui uma expressiva sociobiodiversidade.

No entanto, o modelo preservacionista ainda exerce grande influência no movimento ambientalista. Um exemplo dessa influência é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/2000), que divide as áreas protegidas em dois grandes grupos: áreas de proteção integral que não permitem a presença humana e objetivam a preservação da natureza e, em contrapartida, as áreas de uso sustentável, que procuram compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais – considerando que a inserção das UCs de uso sustentável no SNUC são fruto de longas e árduas lutas dos povos tradicionais por seus direitos, com o pioneirismo salvaguardado dos extrativistas na Amazônia.

Dessa feita, observa-se que o próprio SNUC expressa um confronto latente entre vertentes ambientalistas divergentes: o preservacionismo e o conservacionismo. A vertente conservacionista não se opõe efetivamente ao crescimento econômico, ao contrário, defende o desenvolvimento sustentável e o



uso eficiente dos recursos naturais. Nesse sentido, a maior crítica ao conservacionismo consiste no fato de que este discurso apenas ameniza os impactos da industrialização e insere a natureza, vista como recursos naturais, na lógica do mercado (ALEIR, 2007).

Barreto Filho (2012) alerta para o fato de que

À medida que a natureza se torna uma gigantesca praça de mercado, impulsionada pela rápida extensão de abordagens mercadológicas aos recursos naturais (mercado de carbono, estoques pesqueiros e madeireiros, etc.) e a produtos orgânicos (material genético, órgãos do corpo, etc.), esse tema ganha destaque na agenda pública. O(s) lugar(es) da natureza e do(s) ambiente(s) nos assuntos humanos se tornou(aram) uma preocupação não só ética e estética, mas também política e econômica para os povos e governos do mundo industrializado (BARRETO FILHO, 2012: 108).

Apesar das contradições entre o preservacionismo e o conservacionismo, ambas as vertentes tendem a considerar os povos tradicionais como entraves à proteção da biodiversidade e a partir da relação direta entre desenvolvimento sustentável e a ideia de progresso tecnocientífico para fins econômicos, esses povos são vistos e representados como atrasados e inferiores. No entanto, tais povos são notoriamente avançados em seus saberes tradicionais no que se refere à sustentabilidade, possuem práticas singulares de territorialização e uso do território, a exemplo das terras indígenas (TIs), reconhecidas como áreas de intensa preservação ambiental (SILVA, 2015).

No contexto dos Pontões Capixabas, pressionado pela comunidade local, o governo federal criou no ano de 2006 um grupo de trabalho para discutir e propor soluções para o conflito gerado a partir da criação do Parque Nacional na região. Esse grupo foi composto por agentes governamentais e instituições locais que, durante as discussões, apresentaram as principais reivindicações da comunidade: I) anulação do decreto de criação do Parque Nacional; II) e o direito de permanência no território (IBAMA, 2006).

As instituições participantes desse grupo de trabalho foram

Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente [que coordenou os trabalhos]; Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA; Gerência Executiva do IBAMA no estado do Espírito Santo; Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Espírito Santo; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos/SEAMA, do Estado do Espírito Santo; Instituto Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos/IEMA, do Estado do Espírito

Santo; Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo/IDAF; Prefeitura Municipal de Pancas; Prefeitura Municipal de Águia Branca; Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca [atual Associação Pomerana de Pancas – APOP]; e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IBAMA, 2006: 02).

Entre as negociações, a comunidade estava em desvantagem em relação ao governo, a começar pelo número de representantes no próprio grupo de trabalho. Logo na primeira reunião foi solicitada maior representação da comunidade local, visto que apenas uma das instituições garantia sua participação. Desse modo, a Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca recebeu a autorização para indicar dois representantes, um de cada município. Também foram convidados a participar das discussões representantes do Sindicato Rural de Pancas, Sindicato Rural de Águia Branca e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (IBAMA, 2006).

Não era de interesse do governo anular o decreto que criara a referida área de proteção ambiental, alegando que o governo brasileiro é signatário de acordos internacionais como a Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CDB) e que, portanto, sofre pressões internas e externas para cumprir metas de criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no intuito de atingir os índices de preservação da natureza estabelecidos nesse acordo (IBAMA, 2006).

Ora, o Brasil também é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a consulta livre, prévia e informada das populações locais sobre quaisquer empreendimentos que possam vir a afetar seus territórios e seus modos de vida, além de assegurar o direito ao território dos povos e comunidades tradicionais, direitos que não foram respeitados no referido processo.

Além da questão das Convenções Internacionais, a anulação do decreto presidencial que criara o Parque nos Pontões Capixabas, segundo o discurso dos agentes do governo, poderia abrir precedentes para que outras Unidades de Conservação fossem revogadas, o que poderia significar um retrocesso nas políticas de proteção ambiental no Brasil. Diante disso, o governo propôs a mudança de categoria da unidade de Parque Nacional para Monumento Natural que, apesar de estar entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral do SNUC, permite a presença humana e atividades de produção em seu interior (IBAMA, 2006).

Segundo a legislação, para se anular o decreto presidencial de criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, seria preciso uma articulação política por meio de aprovação de um projeto de lei no Congresso Nacional (BARBOSA, 2013). Como o governo já havia se manifestado contrário a tal proposta, a comunidade local não se viu em condições de obter êxito em termos de mobilização política suficiente a nível nacional para insistir na anulação do decreto. Desse modo, mesmo sob protesto, acatou-se a proposta do governo, e como resultado das discussões do grupo de trabalho elaborou-se um projeto de lei para determinar a mudança da categoria de Parque Nacional para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, submetido ao Congresso Nacional e aprovado no ano de 2008.

Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar a importância da mobilização e organização comunitária na luta em defesa de seus direitos. No caso em questão, mesmo que o resultado final – a categoria de Monumento Natural – não atenda totalmente às reivindicações da comunidade, o fato de alcançarem a garantia da permanência no território e até mesmo o fato de terem pressionado o governo e, com isso, criado espaços de negociação, representam importantes conquistas para a comunidade local. Nesse sentido,

As maiores ou menores possibilidade de geração de novos direitos em uma sociedade estará relacionada à existência ou não de um Estado Democrático de Direito que permita a sociedade civil se expressar com liberdade de voz, manifestar seus conflitos sociais e equacionar demandas materiais e simbólicas, através de movimentos sociais, grupos de pressão institucional e/ou de representantes na própria esfera estatal (SCHERER-WARREN, 2012: 116).

No entanto, a prevalência dos interesses do governo reflete a assimetria nas relações de poder entre as instituições governamentais e as organizações locais, em que as primeiras, com todos os dispositivos políticos e jurídicos ao seu favor, apresentam nítida vantagem em relação às outras. Dessa forma, esse contexto reflete a seguinte percepção de Sabourin:

Dentro desses novos espaços de participação, as decisões permanecem pouco influenciadas pelas organizações camponesas, por causa das assimetrias de meios e capacidades das quais sofrem em relação aos serviços públicos e ao setor privado. [...]

Em realidade, as políticas públicas privilegiam um modelo unilateral de desenvolvimento econômico fundado na troca, mesmo se ele entra em contradição com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Os discursos e disfarces das políticas de desenvolvimento evoluem sem cessar, mas os mesmos mecanismos se reproduzem (SABOURIN, 2011: 199).

Em relação a proposta de mudança de categoria de Parque Nacional para Monumento Natural, Nunes (2015) afirma que

Dados indicam que o governo, nas três esferas da federação, tem adotado em contraponto aos conflitos no processo de criação de unidades de conservação de proteção integral, uma estratégia de cada vez mais propor a criação de refúgios de vida silvestre e monumentos naturais, provavelmente motivados pela prerrogativa de que estas categorias em tese geram menor resistência por parte de proprietários e governos locais, sendo uma alternativa a necessidade de desapropriação das propriedades particulares em outras categorias de UC de proteção integral (NUNES, 2015: 11).

Embora a categoria de Monumento Natural permita a permanência das pessoas e a presença de propriedades particulares em seu interior, como solicitava a comunidade, manteve-se a premissa de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, condição que o governo não se dispôs a abrir mão e que prevê regras rígidas na legislação, com projeções de importantes impactos sobre os modos de vida tradicionais. Nesse sentido, Nunes (2015) também alerta para o fato de que

Apesar da previsão do estabelecimento de normas que regulamentem a restrição ao uso dos recursos naturais e realização de atividades produtivas pelos proprietários, até hoje estas duas categorias de unidades de conservação [Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural] não foram regulamentadas [no SNUC]. Esta falta de regulamentação para o ordenamento territorial e o uso da propriedade em refúgios de vida silvestre e monumentos naturais pode gerar insegurança jurídica para gestores e proprietários, resultando em prejuízos à gestão destas áreas e perdas financeiras para os proprietários e originando outro tipo de situação de conflito, pois embora o proprietário não seja desapropriado de suas terras e em tese possa fazer uso dos recursos naturais em uma propriedade que lhe pertence, ele tem este uso restringido pelos gestores, que não dispõem das normas que deveriam ser estabelecidas pelo poder público (NUNES, 2015: 11-12).

Nesse sentido, de acordo com Nunes (2015), a criação de Monumentos Naturais no Brasil tem sido uma estratégia política para diminuir os conflitos com as populações locais, à exemplo do Monumento Natural dos Pontões Capixabas. No entanto, o autor também alerta:

O risco que decorre desta provável estratégia é o de se postergar o problema da resistência à criação de UC, em função da necessidade de desapropriação. Isto decorre do fato de que, mesmo que os refúgios e monumentos permitam a existência de propriedades particulares, se no processo de criação e implementação houver pouca clareza sobre os objetivos de conservação e sobre os regulamentos de uso da propriedade, isto representará um fator de insegurança tanto para os proprietários quanto para os gestores das UC, que não têm parâmetros de definição das atividades que podem ser desenvolvidas por estes proprietários.

Desta forma, os problemas que seriam enfrentados no processo de criação das unidades ocorrem quando os gestores começam a regular o uso das propriedades, se transformando em conflitos permanentes para o processo de gestão, uma vez que em raras situações as propriedades particulares inseridas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais são desapropriadas (NUNES, 2015: 45).

Além disso,

a falta de objetivos específicos de conservação [nos decretos de criação das UCs] deixa margem para que possam ser feitas interpretações das mais diversas sobre o que deve ou não ser conservado e pode gerar insegurança jurídica para gestores e proprietários, resultando em prejuízos à gestão destas áreas, perdas de biodiversidade e prejuízos financeiros para os proprietários (NUNES, 2015: 52)

O decreto que transformou o Parque Nacional dos Pontões Capixabas em Monumento Natural prevê a possibilidade da utilização da terra e dos recursos naturais por parte dos proprietários (BRASIL, 2008), atendendo a uma das reivindicações da comunidade local. Entretanto, por não explicitar o que pode comprometer as formações geológicas na região, o decreto dá margem a interpretações das mais variadas, dificultando o processo de regulamentação e o trabalho de gestão da unidade (NUNES, 2015).

Após a transformação do Parque em Monumento Natural dos Pontões Capixabas, novos conflitos surgiram. Primeiramente, não houve consenso entre as instituições representativas da comunidade local (sindicatos, associações e MPA) em aceitar a proposta do governo. Algumas lideranças viram com desconfiança a nova categoria e estavam dispostas a se mobilizarem até o governo federal aceitar integralmente as reivindicações locais – anulação do decreto de criação do parque e a permanência no território –, o que gerou certo atrito e desconforto na comunidade. Havia também a proposta, por parte da comunidade, de transformação do Parque em Área de Proteção Ambiental (APA), o que não foi aceito pelo governo federal.

Nesse contexto, algumas lideranças locais não concordaram com a alteração para Monumento Natural, pois insistiam na total revogação do decreto inicial. No entanto, a partir das negociações com o governo e perante as circunstâncias que se apresentaram, outros acharam prudente a mudança de categoria por receio de não terem condições e nem articulação política suficiente a nível nacional para oferecer resistência e tentar revogar um decreto presidencial. O conflito ficou evidente ao ponto de observar-se dois grupos bem marcados: de um lado a Associação

Pomerana de Pancas (APOP) e de outro o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A situação se agravou no momento em que algumas lideranças pomeranas de Pancas relacionaram a garantia de permanência das famílias no território exclusivamente ao fato da apropriação da categoria de Povo Tradicional na Política Nacional (PNPCT), desconsiderando a participação efetiva dos outros movimentos como o MPA, os sindicatos e as instituições religiosas. Vale ressaltar que foi justamente nesse contexto que o MPA ganhou representatividade no município de Pancas e, principalmente, entre os pomeranos. Desse modo, atualmente é difícil dissociar os dois movimentos, visto que muitas famílias e até mesmo algumas lideranças transitam os dois espaços de articulação, fato que amenizou as divergências.

Diante disso, a apropriação da categoria de Povo Tradicional reconhecido pela Política Nacional certamente colaborou no processo de luta pelo território e na resultante conquista de permanência no mesmo, por meio da recategorização da unidade de conservação de parque nacional para monumento natural. No entanto, não se deve menosprezar ou desconsiderar a importante e decisiva participação de outros agentes nesse processo como os sindicatos rurais, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a toda mobilização da comunidade em geral.

Outra situação de desacordo ocorreu quando o então gestor do Monumento Natural dos Pontões Capixabas resolveu prosseguir no andamento do processo de regulamentação e tentou criar um conselho gestor e um plano de manejo para a Unidade de Conservação. A comunidade novamente se posicionou contrária ao processo por não se sentir representada, visto que instituições locais importantes que participaram do processo de recategorização da unidade não tinham sido convidadas a participar das discussões que envolviam a criação do conselho gestor e, posteriormente, do plano de manejo.

Outro ponto discordante reflete uma questão jurídica: a comunidade não concordava com a constituição de um conselho gestor de caráter consultivo, como estabelece a legislação, e reivindicava categoricamente a definição de um conselho gestor deliberativo. Como se trata de um impasse que envolve a legislação vigente, ou seja, de mudança na lei, e a comunidade não se dispôs a dialogar nos termos impostos, o processo de regulamentação da unidade não teve prosseguimento e foi

necessária a intervenção do então presidente do ICMBIO, Roberto Vizentim, para amenizar os conflitos.

Com a intervenção de Vizentim, que visitou a região dos Pontões pela primeira vez em dezembro de 2012, foram definidos novos encaminhamentos: devido à insatisfação da comunidade com o trabalho do gestor do Monumento Natural, foi solicitada a substituição imediata do mesmo; e Vizentim propôs que as lideranças comunitárias elaborassem um Termo de Convivência, ou seja, uma prévia do plano de manejo da unidade no intuito de orientar as discussões futuras (PANCAS, 2013). Esse documento foi construído por algumas lideranças locais, apresentando suas principais reivindicações, e submetido à avaliação do ICMBIO.

O termo de convivência elaborado pelas lideranças locais apresenta os seguintes princípios:

- 1 – A garantia de que todas as medidas a serem adotadas não poderão alterar a viabilidade econômica, ambiental e social de todas as famílias que vivem no monumento natural e no entorno, as medidas deverão fortalecer a produção e a preservação neste território;
- 2 – As famílias deverão ter participação direta em todas as tomadas de decisão, participando de forma direta na formulação das propostas;
- 3 – Todas as informações, normas e acordos a serem construídas deverão ser publicadas em jornal de circulação local, e suas informações devem ser exatas, sem gerar segundas ou terceiras interpretações;
- 4 – Preservação do patrimônio ambiental, cultural e social, nenhuma das medidas poderá destruir o patrimônio existente, melhorias podem e devem ser efetuadas e se implicarem em algum nível de impacto negativo deverão ser discutidas pelo grupo de famílias local e conselho deliberativo avaliando os prós e contras da medida, tendo decisão fundamentada e debatida com as famílias (PANCAS, 2013: 01).

Além disso, o documento divide-se nos seguintes eixos temáticos: meio ambiente; produção agrícola; crédito bancário; educação; matriz energética; cultura e lazer; organização social. Em todos esses itens observa-se que a comunidade local se compromete a adequar-se, quando for necessário e sem prejuízo de suas práticas tradicionais, à legislação ambiental que rege a categoria de monumento natural (PANCAS, 2013).

Em contrapartida, no documento também constam exigências acerca de duas proposições principais: I) a garantia da participação ativa das famílias locais nas tomadas de decisões, formulação de propostas e/ou medidas que venham impactar os saberes, fazeres e práticas tradicionais das mesmas; II) e a garantia de

investimentos e incentivos por parte do governo nas práticas tradicionais da comunidade, principalmente, no que se refere à agricultura familiar (PANCAS, 2013).

A resposta dada pelo ICMBIO se respalda pura e simplesmente em parâmetros técnico e jurídicos, tanto que o documento foi analisado apenas pelo setor jurídico do Instituto. Muitas das demandas apresentadas foram consideradas compatíveis com os objetivos da Unidade de Conservação e que o assunto deveria ser discutido e detalhado no plano de manejo durante a sua elaboração (ICMBIO, 2014). No entanto, nem a elaboração do termo de convivência e nem as respostas fornecidas pelo ICMBIO foram amplamente discutidas pela comunidade local. Além das lideranças envolvidas, poucas pessoas têm conhecimento da existência desses dois documentos.

Após a intervenção de Roberto Vizentim e a substituição do gestor da unidade, os conflitos se amenizaram. Contudo, me arrisco a dizer que o conflito está apenas adormecido, visto que o processo de regulamentação da unidade está parado. O conselho gestor não foi formado e nem as discussões sobre a elaboração do plano de manejo avançaram após o retorno do ICMBIO ao Termo de Convivência. De todo modo, esse documento é apenas uma construção comunitária baseada em um acordo informal e intrapessoal com o então presidente do Instituto e, portanto, não tem respaldo jurídico. Assim, com a saída de Vizentim da presidência do ICMBIO, não há garantia de que os acordos realizados anteriormente com a comunidade sejam mantidos, surgindo novas incertezas em relação a condução desse processo.

Durante as entrevistas realizadas com as lideranças locais percebe-se que ainda há um sentimento de desconfiança e insegurança em relação a regulamentação do Monumento Natural. Porém, atualmente, o assunto não está tão presente nas discussões cotidianas da comunidade ao ponto de algumas pessoas comentarem que achavam que “a situação já estava resolvida”.

Um indicador desse silêncio foram as eleições municipais de 2016. Eu, como pesquisador, aguardei ansioso para ver como os políticos municipais abordariam a questão do Monumento Natural e, espantosamente, o assunto não teve destaque na pauta de nenhum dos três candidatos à prefeitura de Pancas. Não se falou do tema em nenhum dos comícios eleitorais que presenciei (porém não fui a todos) e sequer foi mencionado nos panfletos e encartes que apresentavam as propostas dos candidatos.



Desse modo, é notória uma desescalada do conflito. Contudo, a não regulamentação da unidade coloca as famílias locais novamente em uma situação de limbo institucional, ou seja, de insegurança e instabilidade jurídica. Quando o assunto da questão territorial que envolve o Monumento Natural novamente vier à tona, os conflitos adormecidos e as divergências de interesses retornarão com toda efervescência. Nas palavras de Little (2006: 92), “um conflito pode vacilar durante anos entre os estágios latente e manifesto: pode haver momentos do conflito ficar muito ‘quente’ e depois perder sua visibilidade, para posteriormente ‘esquentar’ de novo”, e isso faz parte da dinâmica dos arranjos sociais e políticos que são estabelecidos no decorrer do processo.

A criação do Parque Nacional, o conflito socioambiental ocasionado na região e o processo de recategorização da Unidade de Conservação para Monumento Natural, propiciaram o surgimento de uma mobilização política e social por parte da comunidade pomerana em defesa do território, baseada em vínculos identitários e culturais que remetem à história, memória e tradicionalidade desse povo. Dando início, assim, a uma nova fase na trajetória do povo pomerano não só de Pancas, mas de todo o Brasil, ao assumirem a categoria de Povo Tradicional reconhecido pelo governo brasileiro.

De acordo com Sauer (2008), o conflito age como uma força centrípeta que dá coesão aos grupos sociais. Porém, para o autor, “as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras” (SAUER, 2008: 255 *apud* SIMMEL, 1983), e complementa que “essas forças unificadores ficam evidentes e explícitas na dinâmica social da luta pela e resistência na terra” (SAUER, 2008: 255).

Nesse sentido, a identificação enquanto povo pomerano e a luta pela permanência no território configuram forças unificadoras da comunidade pomerana de Pancas, impulsionadas pelo conflito socioambiental oriundo da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e que resultou na apropriação da categoria de Povo Tradicional na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

### 3 AÇÕES DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA

Ao desenvolver essa pesquisa, considero que minha primeira ação efetiva consiste no retorno à comunidade, voltando a morar com minha família. Mais do que as pesquisas acadêmicas convencionais que partem do ambiente acadêmico da teoria, realizam um período de “campo” – a prática – e posteriormente retornam à academia para análise dos dados obtidos, esse estudo faz o percurso inverso: parte do campo para a universidade, no sentido de que esses espaços são complementares e igualmente importantes para a produção de conhecimento e não lugares dissociados entre si.

Dessa feita, ressalto a importância do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB), um espaço acadêmico que preza pela valorização e produção de conhecimentos que vai além da exclusividade da academia e que, na perspectiva de Santos (2007), o conhecimento científico é apenas mais um dentro da imensa pluralidade de saberes existente no mundo.

Ao retornar para a comunidade, posso dizer que não apenas realizei uma pesquisa, mas a vivenciei intensamente. Com minha presença na comunidade e a notícia de que estava estudando o Monumento Natural dos Pontões Capixabas, fui procurado inúmeras vezes, espontaneamente, por diversas pessoas para conversar sobre o assunto. Alguns curiosos em busca de novidades e para confirmar informações, enquanto que outros queriam falar de seu envolvimento e compartilhar o que sabiam sobre o conflito. A partir disso, confirmei a importância desse estudo e percebi a necessidade de propagar as informações que tivera acesso durante a realização da pesquisa, a considerar os muitos boatos e especulações que permeiam o contexto em questão.

Nesse sentido, procurei meios para divulgar as informações que tive acesso. As conversas informais e as entrevistas individuais não eram o bastante, pois atingiam um número reduzido de pessoas. Nem mesmo as reuniões ordinárias da Associação Pomerana de Pancas eram suficientes, porque normalmente só os membros da diretoria participam. Desse modo, por sugestão da própria diretoria da APOP, comecei a publicar pequenos textos de caráter informativo e de fácil leitura e compreensão no jornal “O Semeador”.

Esse folheto impresso pertence à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), principal denominação religiosa entre os pomeranos, e é distribuído trimestralmente de forma gratuita a todas as famílias membras dessa instituição em todo o estado do Espírito Santo e alguns outros estados. Os textos publicados discutem questões referentes ao conflito que envolve o Monumento Natural dos Pontões Capixabas, mas também trazem informações sobre a organização socio-política do povo pomerano e esclarecimentos sobre a categoria de povo tradicional e a PNPCT.

O jornal “O Semeador” certamente atinge um grande número de famílias pomeranas. No entanto, por se tratar de um meio impresso e vinculado a igreja, também apresenta restrições quanto a sua área de abrangência. Assim, ao ocupar o cargo de representante da APOP na antiga Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabeleci parcerias com pomeranos de outras regiões do país, principalmente, com a Associação Pomeranos do Sul (Pomersul/RS). Então, fui convidado a fazer parte do corpo editorial do “Boletim informativo do Movimento POMERBR”. Esse boletim eletrônico é distribuído via *e-mail* e também dispõe de uma página na internet em formato de *Blog*. Nele são divulgados eventos e informações relacionadas ao Povo Tradicional Pomerano no Brasil.

Os POMERBRs são eventos nacionais que acontecem desde 2011. São fóruns de discussão cujo objetivo principal é reunir pesquisadores e lideranças pomeranas no intuito de partilhar experiências e divulgar as ações que envolvem o povo pomerano pelo país, além de estreitar os vínculos e estabelecer parcerias entre comunidades, academia e instituições pomeranas, no sentido de que a “informação e o conhecimento podem constituir um bem comum imaterial” (SABOURIN, 2011: 147). Os POMERBRs têm acontecido em diferentes regiões do país e no ano de 2018 está previsto para ser realizado em Pancas.

Como os encontros POMERBR ocorrem geralmente a cada dois anos, surgiu a necessidade de ampliar a comunicação e manter o contato entre os agentes envolvidos e, dessa forma, foi criado o Boletim informativo do Movimento POMERBR. Desde o ano de 2015, com o apoio da Associação Pomerana de Pancas (APOP), tenho utilizado essa plataforma para divulgar as informações referentes às decisões e acontecimentos que ocorrem no âmbito da antiga

Comissão Nacional, atual Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), além de divulgar as ações que são desenvolvidas pela APOP a nível local e regional.

Dentre essas ações, posso citar o “Encontro de Formação de Lideranças Pomeranas do Espírito Santo” que ocorreu nos dias 07 e 08 outubro de 2016 e foi organizado pela APOP em parceria com Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O evento aconteceu em Pancas e contou com a participação de lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Pomerana de Vila Pavão (APOVIP), Associação de Cultura Alemã do Espírito Santo (ACAES), Associação Diacônica Luterana (ADL), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Espírito Santo (FETAES), Associação Central da Saúde Alternativa do Espírito Santo (ACESA) e lideranças políticas do município de Pancas (prefeito e vereadores).

Nesse encontro foram realizadas rodas de conversa discutindo temas como territorialidade e identidade pomerana, a regularização do Monumento Natural dos Pontões Capixabas, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Como Coordenador de Cultura da APOP, participei da organização do evento, incluindo a proposição das temáticas a serem debatidas, e também coordenei rodas de conversa.

Foi constatada nesse encontro a necessidade de continuidade de eventos nesse formato e que é imprescindível o compromisso das lideranças e organizações pomeranas em colocar em prática todos os acordos e cumprir as metas que foram definidas. Nesse intuito, dois novos encontros de formação de lideranças pomeranas foram marcados, um para o primeiro semestre de 2017 no município de Domingos Martins, sob a coordenação da Associação de Cultura Alemã do Espírito Santo (ACAES), e outro para o segundo semestre do ano, em Vila Pavão, que será coordenado pela Associação Pomerana desse município, a APOVIP.

Adianto que o evento a ser realizado em Domingos Martins já está em fase de elaboração e organização da pauta, aguardando apenas o fechamento de alguns detalhes quanto a data. Também assumo que todas as deliberações que ficaram sob minha reponsabilidade foram cumpridas, no entanto, nem todas as metas definidas no primeiro encontro foram atingidas, devido a vários fatores como, por

exemplo, a falta de tempo e disponibilidade dos responsáveis. Isso se deve ao fato de que, em sua maioria, as lideranças pomeranas abraçam a causa como um trabalho voluntário e todos nós (também me incluo) temos nossas obrigações cotidianas como o trabalho, família, estudos, etc. Muitas vezes fui impedido de participar de eventos ou reuniões em virtude de aulas ou pela necessidade de trabalhar, o que dificulta o andamento dos projetos e o devido cumprimento das deliberações no prazo que se deseja.

Junto à Secretaria de Educação do município de Pancas, e em parceria com o atual gestor do Monumento Natural dos Pontões Capixabas, também organizei rodas de conversa com os professores da rede pública municipal de ensino para tratar de temas relacionados a educação ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o histórico e a atual situação do referido Monumento Natural, no intuito de promover um melhor entendimento desse contexto e apropriação dessas categorias.

Os professores demonstraram grande interesse em trabalhar essas temáticas em sala de aula, mas também apontaram enormes dificuldades em obter informações sobre o assunto. A partir disso, observa-se a negligência do ICMBIO em promover ações de educação ambiental na região, o que foi admitido pelo gestor da Unidade de Conservação, apontando dificuldades para geri-la: falta de funcionários (apenas o próprio gestor e um estagiário), não dispor de uma sede administrativa, ausência de recursos financeiros e investimentos, não regularização da unidade e a grande extensão territorial da área.

A iniciativa de promover esse encontro com os professores partiu de mim e a proposta foi prontamente aceita pela secretaria municipal de educação, muito em função de se tratar de uma necessidade a discussão dessa temática e sua realização não geraria nenhum custo adicional para a prefeitura. No entanto, infelizmente, não houve continuidade. Esse momento com os professores da rede municipal ocorreu apenas uma vez e foi insuficiente para tratar de todas questões que surgiram. De todo modo, me coloquei à disposição dos professores que quisessem buscar maiores informações sobre o Monumento Natural. Contudo, nenhum desses professores me procurou posteriormente e não posso afirmar se realizaram ou não atividades de educação ambiental em suas respectivas unidades escolares.

Como Coordenador de Cultura da APOP, nos anos de 2015 e 2016, escrevi um total de 07 projetos culturais para serem submetidos a processos seletivos promovidos pela Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo (SECULT) em forma editais e, infelizmente, nenhum foi contemplado até o momento. Esse fato evidencia uma prática governamental recorrente na gestão em cultura desse estado, que se resume a concessão de recursos por meio de editais.

Essa prática, não garante investimentos contínuos em projetos culturais tornando-se uma política pontual e restrita. Afinal, somente os projetos contemplados, geralmente um número bastante reduzido em comparação a quantidade de inscritos, recebem os recursos para sua execução. Sem contar a demanda de tempo e energia que são destinados desde a discussão de uma ideia até a escrita e finalização de um projeto para correr o risco de não ser contemplado e todo o trabalho ter se tornado em vão.

Além disso, quero ressaltar outra questão. Por vezes me vi sobrecarregado com minhas funções dentro da Associação, no sentido de que sempre que surgia a necessidade de escrita de projetos ou alguma atividade que demandasse maior trabalho intelectual, recorria-se a mim prioritariamente. Não que não houvessem outras pessoas capazes de realizar tal tarefa, mas, percebi que acreditava-se que eu já estava familiarizado com esse tipo de ambiente e linguagem, enquanto que a maioria das outras lideranças não.

Há todo um procedimento para se lidar com editais, leis e demais questões administrativas. Nesse sentido, os povos tradicionais, em especial aqueles que se apropriaram desse categoria recentemente como os pomeranos, não estão acostumados com os termos técnicos, procedimentos burocráticos e exigências impostas pela máquina pública, o que dificulta as relações entre esses agentes. E o próprio Estado não está devidamente equipado e preparado para atender às necessidades dos povos e comunidades tradicionais como deveria.

Para exemplificar, cito a questão da composição de determinado Conselho no estado do Espírito Santo em que os pomeranos possuem assento. As reuniões ordinárias do referido Conselho ocorreriam mensalmente em Vitória (capital do estado) no período noturno, segundo informações do órgão governamental responsável. Ora, nessas condições, como viabilizar a participação de lideranças que residem no interior do estado? Ou seja, garante-se a vaga para o segmento

tradicional, mas não se discute o formato e a efetiva participação nos espaços de decisão. Sem contar os inúmeros documentos que nos foram solicitados para “comprovar” nossa “tradicionalidade” enquanto organização representante do Povo Pomerano para serem entregues pessoalmente num prazo vergonhoso de cinco dias, completamente incompatível com nossa realidade e disponibilidade.

Também na posição de Coordenador de Cultura da APOP e em virtude de minha formação acadêmica e atuação profissional na área da educação, desenvolvi e coordenei o projeto “Histórias, Memórias e Saberes”, implementado no ano de 2016 como uma disciplina de projeto de pesquisa na grade curricular da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastiana Grilo, localizada em Laginha, distrito do município de Pancas. A discussão sobre o processo de implementação desse projeto merece uma seção à parte.

### 3.1 PROJETO HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SABERES

O projeto “Histórias, Memórias e Saberes” é uma parceria entre a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastiana Grilo e a Associação Pomerana de Pancas (APOP), elaborado com o apoio do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/CDS/UnB) e do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM/UFES). O projeto foi idealizado no ano de 2015 e implementado em 2016 na referida escola citada acima.

Laginha dispõe de apenas uma escola pública da rede estadual que oferta os níveis de ensino fundamental e médio. Todas as demais escolas do distrito pertencem à rede municipal e são de ensino fundamental I, ou seja, apenas do primeiro ao quinto ano. Desse modo, a escola Sebastiana Grilo é a única opção das crianças de Laginha que necessitam prosseguir seus estudos e concluir os níveis de ensino fundamental II (sexto ao nono ano) e médio. Assim, ressalto a importância dessa escola para a comunidade local.

A EEEFM Sebastiana Grilo atende em média 700 alunos anualmente, distribuídos entre os turnos matutino e vespertino. A maioria reside na zona rural, necessitando de transporte escolar. Aproximadamente 30 professores atuam na escola Sebastiana Grilo e apenas 10 compõem o quadro de profissionais efetivos. Todos os demais são de designação temporária que, muitas vezes, vêm de outras cidades e infelizmente desconhecem o contexto histórico e sociocultural local,

aspecto que dificulta a continuidade de ações estabelecidas no projeto político pedagógico da escola e compromete o desenvolvimento de um ensino mais direcionado.

O projeto “Histórias, Memórias e Saberes” foi inspirado no projeto “Presença Pomerana em Laginha”, idealizado pela professora Jocelene Knack Nascimento e desenvolvido na escola Sebastiana Grilo no ano de 2014. Após uma pesquisa com os alunos, a professora constatou que a maioria eram pomeranos e que praticamente todos, incluindo os que não se identificaram como pomeranos, tinham interesse em desenvolver atividades que abordassem a história e a cultura da comunidade local.

Dessa forma, o projeto “Presença Pomerana” foi desenvolvido com a realização de oficinas que valorizaram a cultura pomerana através da dança, gastronomia, língua, artesanato, além de palestras e rodas de conversa com lideranças comunitárias que discutiram temas pertinentes à realidade local como a criação do Monumento Natural dos Pontões Capixabas e a inserção do Povo Pomerano na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Apesar de ter sido bastante proveitoso e motivador, o projeto “Presença Pomerana em Laginha” foi realizado apenas no ano de 2014 e, infelizmente, não teve continuidade no ano seguinte. A possível explicação para essa descontinuidade foi o fato de o projeto ter sido uma iniciativa particular de apenas uma professora que, com dedicação e empenho, se sensibilizou com a realidade local e atuou como um agente inovador no ambiente escolar, dinamizando o processo de ensino e aprendizagem. O projeto não teve o envolvimento necessário de todo corpo docente, da gestão, da coordenação pedagógica e nem mesmo foi inserido no projeto político pedagógico da escola para que pudesse se consolidar.

A partir dessas questões, pensamos (digo no plural porque foi uma construção coletiva) na elaboração e na implementação do projeto “Histórias, Memórias e Saberes”, quais seriam as abordagens e as estratégias para que o mesmo não se reduzisse novamente a uma iniciativa pontual. Então, a primeira atitude foi estabelecer parcerias entre a escola, a comunidade e a Associação Pomerana de Pancas (APOP).



Além disso, envolvemos núcleos acadêmicos na idealização e escrita do projeto: o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da Universidade de Brasília (MESPT/UnB), através da Professora Doutora Cristiane Assis Portela, e o Laboratório de Estudos do Movimento Migratório da Universidade Federal do Espírito Santo (LEMM/UFES), com a Professora Doutora Maria Cristina Dadalto, que auxiliaram na estruturação, fundamentação teórica e escrita do projeto.

O Currículo Base da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU) foi utilizado como suporte pedagógico metodológico para elaboração do projeto. A partir desse documento, nos inspiramos nos seguintes princípios básicos: valorização e afirmação da vida; reconhecimento da diversidade na formação humana; educação como bem público; aprendizagem como direito do educando; ciência, cultura e trabalho como eixos estruturantes do currículo. Além de temas transversais: i) Educação do campo: o campo como lócus de produção do saberes; ii) Educação ambiental como perspectiva de uma sociedade sustentável; iii) Educação das relações étnico-raciais: afro-brasileiros e povos indígenas (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) asseguram que

se num estado há prevalência de determinado grupo na composição populacional, a organização dos conteúdos refletirá essa característica, atendendo de forma mais adequada à realidade da escola, sem deixar de contemplar o conjunto dos conteúdos que se voltam para uma percepção do Brasil como um todo (BRASIL, 1997: 148).

Nesse sentido, ao considerar que a população do distrito de Laginha possui expressiva parcela de pomeranos em sua composição, a história e a cultura dessa comunidade tradicional devem ser consideradas e contempladas nos espaços formais de educação e nos processos de ensino e aprendizagem dos educandos.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), tem como objetivo principal

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007: 02).

Em seus objetivos específicos a PNPCT também estabelece:

garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não formais (BRASIL, 2007: 03).

Após o término do esboço do projeto, o mesmo foi apresentado ao corpo docente, gestão e coordenação pedagógica da escola. Nesse momento, alguns professores aceitaram a proposta de imediato, enquanto outros demonstraram resistência, o que já era esperado. A expectativa era incluir o projeto “Histórias, Memórias e Saberes” no projeto político pedagógico (PPP) da escola, o que ainda não ocorreu. O projeto foi implementado como Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita (ALE) para as séries iniciais e uma disciplina regular de Projeto de Pesquisa na grade curricular dos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio em substituição às disciplinas de Ensino Religioso e Espanhol, respectivamente.

Todas essas substituições na grade curricular estão asseguradas na Lei 9.394/1996 e na Portaria Nº 004-R de 07 de janeiro de 2016 do estado do Espírito Santo. Segundo a legislação, as disciplinas de Ensino Religioso (Ensino Fundamental) e de Espanhol (Ensino Médio) são facultativas aos alunos e cabe aos responsáveis optarem, no ato da matrícula, mediante justificativa, pelo curso ou não das mesmas. Caso algum aluno escolha não cursar tais disciplinas, a escola é obrigada a oferecer um projeto alternativo para preencher a carga horária. De posse dessas informações, a escola e a comunidade se mobilizaram e optaram por implementar o projeto “Histórias, Memórias e Saberes” por entenderem que o mesmo corresponde melhor às necessidades locais.

Os principais objetivos do projeto são: promover uma educação intercultural que valorize a história e a diversidade sociocultural local no intuito de identificar e fortalecer os vínculos identitários; construir um processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar que exercite o diálogo de saberes entre todos os campos do conhecimento científico e tradicional; estabelecer parcerias entre a escola, comunidade, instituições civis e universidades para desenvolver ações e projetos educativos participativos, consistentes e continuados; formar alunos críticos capazes de se perceber como sujeitos de sua própria história, atores sociais e produtores de conhecimento.

A leitura e a escrita são as duas metodologias gerais que orientam todos os planejamentos, atividades e ações do projeto. No entanto, não se trata de alfabetização, a leitura e a escrita são trabalhadas nas mais diversas expressões. De maneira geral, entendemos a leitura como percepção de mundo e análise de contexto e a escrita como produção autônoma de conhecimentos.

A partir dessas abordagens pedagógico metodológicas o projeto divide-se em três eixos temáticos centrais: Memória e Identidade; Sustentabilidade; Diversidade Étnico Cultural. O primeiro eixo temático – Memória e Identidade – está relacionado à subjetividade do indivíduo e sua família, como cada aluno se percebe e se expressa no mundo, individualmente e dentro de uma coletividade. São trabalhados os conceitos de memória individual e coletiva, identidade étnica e pertencimento. O segundo eixo – Sustentabilidade – relaciona-se com a ideia de lugar, a escola e a comunidade. Discutindo os conceitos de território e sustentabilidade perpassando os modos de viver, pensar e produzir. O terceiro e último eixo de trabalho – Diversidade Étnico Cultural – refere-se a um contexto mais amplo: o regional, nacional e global. Abordando os conceitos de povo, cultura e sociedade, enfatizando a formação da sociedade brasileira – indígenas, negros, colonizadores e imigrantes.

A implementação em sala de aula do Projeto “Histórias, Memórias e Saberes” tem sido um grande desafio. Primeiramente, é preciso vencer as barreiras da aceitação da escola como um todo, pois nem todos os professores abraçaram a ideia e a proposta ainda não foi totalmente incorporada ao PPP da escola. Outra questão é dispor de um profissional devidamente qualificado e motivado a atuar como regente de sala nesse projeto, alguém que conheça a história e a realidade da comunidade local e que esteja familiarizado com os conceitos que o projeto se propõe a discutir.

As atividades propostas em sala de aula são resultado de um planejamento conjunto entre mim (Coordenador de Cultura da APOP), Jocelene Knack Nascimento (professora na escola Sebastiana Grilo) e Nelsa Schoereder (professora regente de classe do projeto no ano de 2016). Aos poucos o projeto foi construído e trouxe alguns resultados. No ano de 2016, através do Projeto “Histórias, Memórias e Saberes”, os alunos da escola Sebastiana Grilo, fizeram a abertura do desfile cultural da VII Pomerfest realizada pela Associação Pomerana de Pancas (APOP), como ilustram as imagens a seguir.

**Figura 12: Abertura do desfile na VII Pomerfest**



*Fonte: Acervo da Associação Pomerana de Pancas (APOP)*

**Figura 13: Desfile cultural da VII Pomerfest**



*Fonte: Acervo da Associação Pomerana de Pancas (APOP)*

Infelizmente, não houve continuidade do projeto nesse ano de 2017. Devido a uma política de austeridade do governo do estado do Espírito Santo, as escolas estaduais foram obrigadas a reduzir a quantidade de turmas e, conseqüentemente, diminuir a contratação de professores. Nesse contexto, a carga horária do projeto “Histórias, Memórias e Saberes” foi distribuída entre os professores da EEEFM Sebastiana Grilo, inviabilizando o seu desenvolvimento. Diante dessa situação, o projeto continua existindo na escola só no papel, na prática ele não ocorre.

#### **4 POVO TRADICIONAL POMERANO: UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO**

Nesse capítulo procuro abordar a apropriação por parte da comunidade pomerana de Pancas do conceito de Povo Tradicional na defesa de seu território e os desdobramentos oriundos dessa categoria para o Povo Pomerano no Brasil enquanto movimento social emergente e o processo de fortalecimento e pertencimento identitário com seu território e semelhantes.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), estabelecida no Brasil pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 e inspirada na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), define povos e comunidades tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007: 01).

Os conceitos de povos, comunidades, grupos, populações ou sociedades tradicionais são recorrentes na literatura e encontram-se em processo de construção e constante debate. Little (2002) defende a utilização do termo “povos tradicionais” em função de sua dimensão tanto empírica quanto política e a opção por esta terminologia “coloca esse conceito dentro dos debates sobre os direitos dos povos, onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social” (LITTLE, 2002: 23). Nesse sentido, considero que a luta pomerana pelo direito de permanência e acesso ao território configura, nos termos de Little, uma luta política e de justiça social.

O conceito de Povos Tradicionais ainda está em construção e apresenta-se de maneira bastante abrangente. Contudo, mesmo com terminologias diferentes, as conceitualizações comportam notória semelhança. Para Diegues (2000), sociedades tradicionais são

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relação com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2000: 22).

Diegues (2000) ainda apresenta algumas características recorrentes dessas sociedades: intensa ligação com os territórios ancestrais; auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; linguagem própria; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

Almeida (2009: 278) enfatiza a característica “extensional” do conceito de populações tradicionais, ou seja, uma categoria em extensão e as define “enumerando seus membros e candidatos a membros”. O autor ainda afirma que “a criação e apropriação de categorias aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas” (ALMEIDA, 2009: 278).

O uso da palavra “tradicional” pode ser fácil e equivocadamente associado à ideia de atraso econômico e imobilidade histórica. No entanto, o conceito de tradicional adotado nesse trabalho afina-se com as perspectivas de Sahlins (1997) e Little (2002) ao mostrarem que as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação. Sahlins (1997) demonstra que muitos aspectos culturais das sociedades hegemônicas são incorporados e ressignificados de forma ativa pelas culturas tradicionais.

Nesse sentido, considero que a inserção do Povo Pomerano na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no ano de 2005, e posterior reconhecimento na Política Nacional (PNPCT) em 2007, são aspectos que indicam a apropriação dos dispositivos políticos nacionais por parte da comunidade pomerana de Pancas para atender a demandas emergentes no nível local. Assim, “deve-se superar a noção que associa os povos e comunidades tradicionais a organizações socioeconômicas ditas atrasadas e



passíveis de serem superadas, tendo em vista o caráter atualizado de suas reivindicações” (ROCHA e FAVILLA, 2015: 62).

Leroy e Meireles (2013) afirmam que as situações de injustiças ambientais consistem nos principais fatores que impulsionam a apropriação da categoria de povos tradicionais por parte dessas populações que, geralmente, apresentam identidades múltiplas e heterogêneas. Segundo os autores

pode ser que, no início do conflito, não se considerem comunidades tradicionais. Todavia, a injustiça ambiental que sofrem faz com que, mais cedo ou mais tarde, se reconheçam na definição e adotem essa identidade coletiva (LEROY e MEIRELES, 2003: 116).

De fato, foi o que aconteceu com a comunidade pomerana de Pancas, que é composta, em sua maioria, por pequenos agricultores familiares, mas que também apresenta pomeranos comerciantes que vivem na zona urbana, por exemplo, ou até mesmo funcionários públicos como professores, servidores, etc. Claro que esse processo de construção de uma identidade coletiva foi facilitado por já existir uma identificação comunitária enquanto Povo Pomerano, no entanto, a categoria de povos tradicionais e a formulação de uma organização e identificação enquanto Povo Tradicional Pomerano em defesa de seus direitos, surgiu a partir do conflito territorial com a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral nos pontões capixabas, ocasionando uma situação de injustiça ambiental.

As situações de injustiça ambiental são decorrentes de conflitos socioambientais, em que o conflito surge quando

o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005: 18).

Com a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, a comunidade pomerana de Pancas teve sua territorialidade ameaçada, com o risco iminente de perda do território, o que gerou uma situação de conflito em virtude dos diferentes usos, significados e interesses na região. Nessa perspectiva, os “conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006: 91).

A luta pomerana pelo território, organização social, afirmação identitária e apropriação de dispositivos políticos e legais apresenta-se como um nítido processo “não planejado, complexo e combinado” (ALMEIDA, 2004: 35). No qual é interessante perceber “como atos da periferia articulam-se com políticas e agendas mundiais, em um desenvolvimento combinado e desigual” (ALMEIDA, 2004: 35 *apud* TROTSKY, 1962). Nesse sentido, Almeida (2004) relata que situações de desordem e conflitos locais não previstos podem gerar processos em que uma periferia aparentemente passiva se afirma como fronteira ativa dentro de conjunturas maiores.

Ao tratar da luta dos seringueiros na Amazônia na década de 1980, Almeida (2004) é feliz em afirmar:

Pensa-se muitas vezes que poderes hegemônicos possuem uma capacidade incontestável para controlar populações e territórios nas margens do sistema mundial. Nessa visão há pouco ou nenhum lugar para mudança política real e para agentes locais da história. As alternativas à escravização da própria linguagem pelas gramáticas hegemônicas de “desenvolvimento sustentável” seriam ou a paródia a essa mesma linguagem, ou a marginalização voluntária. Mas talvez, haja caminhos imprevistos por meio dos quais se constroem fatos novos em nível local, e que não eram previstos nos esquemas antecipados (ALMEIDA, 2004: 48).

No caso pomerano, o conflito pelo território em Pancas, a partir da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e o reconhecimento na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais resultaram em “caminhos imprevistos” que possibilitaram o surgimento de um movimento social enquanto Povo Tradicional Pomerano que, atualmente, transcende os limites geográficos locais e regionais, fazendo surgir associações pomeranas em outros estados além do Espírito Santo, ao ponto de suscitarem conflitos por representação nacional e formas de organização.

#### 4.1 POMERANOS NA COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A projeção dos pomeranos no cenário nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais começou a partir do conflito territorial entre a comunidade pomerana de Pancas e o Parque Nacional dos Pontões Capixabas. No ano de 2002, o governo federal criou a Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não permite a presença humana, nos municípios de Pancas e Águia Branca/ES. Nessas



condições, as famílias pomeranas seriam desapropriadas de suas terras. Ameaça que acarretou em processos de mobilização comunitária, fortalecimento identitário e organização sócio-política em defesa de seus direitos.

Nesse contexto de luta pelo território, surge a Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca, criada para representar os interesses das famílias atingidas pela unidade de conservação. A presidente dessa instituição na época era Patrícia Stur, que é pomerana e sua família reside no interior da referida área de preservação.

Ao iniciar o diálogo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre o conflito em Pancas, Patrícia, como representante da associação comunitária local, tomou conhecimento da discussão sobre a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que ocorria no âmbito do governo federal.

Entre os anos de 2003 e 2004, por uma decisão política do governo federal, o Estado brasileiro inicia uma busca pela ampliação dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros com a garantia da participação da sociedade civil e com acesso a instrumentos para viabilizar o controle social sobre a implementação dessas políticas. Dessa forma, iniciam-se processos de criação, consolidação e revitalização dos conselhos e comissões de políticas públicas, instâncias de governança voltadas à escuta, aconselhamento, consulta e deliberação de ações do Estado brasileiro com a participação direta da sociedade civil (ROCHA e FAVILLA, 2015: 63).

Nesse contexto, as lideranças pomeranas de Pancas perceberam que a categoria de Povo Tradicional poderia ser aplicada ao Povo Pomerano e, mais que isso, que o acesso a essa categoria representaria maior capital simbólico e político nas negociações com o governo a respeito do embate territorial local, além de dar visibilidade nacional ao conflito.

A partir disso, no ano de 2005, a comunidade pomerana de Pancas, representada pela Associação de Moradores Amigos e Proprietários de Pancas e Águia Branca, conquistou um dos assentos para o Povo Pomerano na criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) junto a outros segmentos: Sertanejos, Seringueiros, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Quilombolas, Agroextrativistas da Amazônia, Faxinalenses, Pescadores e Pescadoras Artesanais, Povos e Comunidades de Terreiro, Povos Ciganos, Povos Indígenas, Pantaneiros, Quebradeiras de Coco, Caiçaras, Geraizeiros (ROCHA e FAVILLA, 2015).

A Comissão Nacional era paritária, composta por representantes de órgãos e entidades da Administração Pública e Federal e de organizações da Sociedade Civil, representantes de segmentos de povos e comunidades tradicionais. Seu objetivo geral era de atuar como espaço de diálogo e articulação entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para garantir o fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais (ROCHA e FAVILLA, 2015).

As duas instituições que representavam o Povo Pomerano na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais eram: a Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca, posteriormente transformada em Associação Pomerana de Pancas (APOP), e a Associação de Cultura Alemã do Espírito Santo (ACAES). Chamo atenção para o fato de que a Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca foi fundada primordialmente com a finalidade exclusiva de representar os interesses das famílias atingidas direta ou indiretamente pela criação do Parque Nacional na região.

Sabourin (2000: 50) afirma que “as comunidades rurais passam por uma necessidade crescente de interfaces jurídicas com a sociedade nacional”, e que, em contrapartida, “em um contexto novo e, muitas vezes, conflituoso [...], tais articulações tornam-se necessárias, inclusive para legitimar práticas [tradicionais] ou normas sociais ancestrais” (SABOURIN, 2000: 50). A Associação Pomerana de Pancas, por exemplo, foi criada para defender os interesses da comunidade local como o direito de permanência no território e o acesso aos recursos naturais necessários à sua produção e reprodução social, política, econômica, cultural e religiosa.

Segundo Sabourin (2000: 48), “associação é uma sociedade civil sem fim de lucro, baseada na adesão voluntária. Reúne, muitas vezes, o conjunto dos membros de uma comunidade (ou só os chefes de família), mas em torno de um objetivo específico”. O autor ainda salienta que a maioria das associações surgem da conjunção de três fatores principais, sendo o primeiro deles “a necessidade para as comunidades de dotar-se de representações jurídicas” (SABOURIN, 2000: 48), que foi o caso dos pomeranos de Pancas.

No ano de 2009, a Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Ponões de Pancas e Águia Branca foi registrada em cartório como Associação Pomerana de Pancas (APOP). A necessidade de um registro oficial foi uma exigência do governo para que as instituições que compunham a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) mantivessem seu assento na mesma (HAESE, 2015).

Uma das principais conquistas da Comissão Nacional (CNPCT) consiste na formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Seu objetivo principal é

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007: 02).

Segundo Cerqueira (2015),

O Decreto 6.040/2007 é um divisor de águas no desenvolvimento das políticas para os povos e comunidades tradicionais no país. Sendo de responsabilidade da CNPCT o papel de coordenar a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esse processo de institucionalização da CNPCT e da PNPCT contribuiu para a definição do desenho institucional da política específica para povos e comunidades tradicionais no Brasil e elevou o debate a outro patamar, ampliando o escopo do trabalho e trazendo novas perspectivas para a forma de pensar as políticas específicas, com participação efetiva da sociedade civil (CERQUEIRA, 2015: 23).

A Política Nacional (PNPCT) estabelece diversos objetivos específicos, sendo que um deles em particular interessa bastante à comunidade pomerana de Pancas: “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável” (BRASIL, 2007: 02).

A oficialização desse objetivo específico está diretamente relacionada a duas das demandas pautadas como prioritárias no I Encontro para discutir a construção da PNPCT, ocorrido em agosto de 2005 na cidade de Luziânia/GO:

Não criar mais Unidades de Conservação de Proteção Integral sobre território dos povos e comunidades tradicionais.

Resolução de conflitos decorrentes da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral sobre territórios de povos e comunidades tradicionais (ROCHA e FAVILLA, 2015: 65)

Dessa forma, a conquista do reconhecimento como Povo Tradicional e a visibilidade a nível nacional decorrente da inserção do povo pomerano na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, aliados à organização comunitária local e o fortalecimento identitário e territorial, correspondem a significativos fatores que respaldam e endossam a luta pomerana na defesa de seu território em Pancas.

Aos poucos a Associação Pomerana de Pancas (APOP) foi crescendo e conquistando cada vez mais espaço e representatividade. No ano de 2013, foi criada, aos moldes da Comissão Nacional, a Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo, na qual a APOP também ocupa o cargo de instituição titular representante do Povo Pomerano. Com isso, a APOP ampliou seu espaço de atuação e passou a desenvolver importantes ações na valorização e divulgação da cultura pomerana.

Um exemplo da importância e influência da APOP em Pancas está na dimensão da festa promovida pela associação na comunidade de Laginha, a *Pomerfest*. É uma festa promovida pela Associação Pomerana de Pancas (APOP) em parceria com a comunidade, comerciantes locais, instituições religiosas, e também com o apoio da prefeitura municipal. Acontece anualmente no intuito de valorizar, promover e divulgar a cultura pomerana. Apesar dos festejos ocorrerem no distrito de Laginha, a *Pomerfest* já se transformou na maior e principal festa do município, evidenciando a força e a influência da comunidade pomerana na região. A seguir encontra-se a imagem do cartaz de divulgação da festa que acontecerá nesse ano de 2017.

O auge da *Pomerfest* é o desfile cultural que ocorre no segundo dia de festa, sábado à noite, em formato de cortejo pelas ruas do distrito de Laginha. Esse momento é marcado pela valorização da cultura pomerana local com intensa participação das pessoas da comunidade, incluindo as que residem na zona rural, que vão às ruas para orgulhosamente mostrar seus costumes, modos de viver e tradições. Um aspecto importante que precisa ser ressaltado é o protagonismo dos jovens na organização e realização tanto do desfile quanto da festa como um todo, inclusive nos espaços de organização social e atuação política ocupando cargos na Associação.

Figura 14: Cartaz da VIII Pomerfest

**8ª Pomerfest**

**07, 08 E 09 DE JULHO DE 2017**  
Laginha - Pancas - ES

**Programação:**

**07/07/2017 – SEXTA-FEIRA**  
19 Horas – Abertura praça de alimentação ao som de músicas típicas (Música ambiente)  
20 Horas – Abertura Oficial com Homenagem ao Cidadão Pomerano  
21 Horas – Show com Leandro Messa  
22:30 Horas – Show com Procópio

**08/07/2017 – SÁBADO**  
08 horas – Amunção dos carros e alas do desfile, com café pomerano comunitário – Avenida Principal  
12 Horas – Almoço Típico Pomerano – Restaurante Sabor de Casa  
14 Horas – Bloco #vemprapomer – Saída da praça principal  
18 Horas – Desfile Típico com o lema “Nossa terra, nossa gente!”  
21 Horas – Show Tradicional com a Banda Pommer Mekas  
23:30 Horas – Show com André Lemos

**09/07/2017 – DOMINGO**  
07 Horas – Alvorada com Banda de Metais – Praça Principal  
08 Horas – Abertura do II Encontro de Carros Antigos da Pomerfest – Avenida Principal  
08:30 Horas – Show de Concertinas – Tenda da Praça de Alimentação – Tocador Pontalinho  
10 Horas – Apresentação com Grupos de Danças Tradicionais  
11 Horas – Almoço – Praça de Alimentação  
14:30 – Show de moda de visita com Marcos e Rodrigo – Tenda da praça de alimentação  
17:30 – Show de ferro com Chapolin – Palco  
19:30 – Show de encerramento com Felipe Fantim

**OUS LAND OUS LÜÜR**      **NOSSA TERRA, NOSSA GENTE**

apop.pancas@gmail.com

Realização: Associação Pomerana de Pancas

Apoio: Secretaria de Turismo e Cultura, Prefeitura Municipal de Pancas

Patrocínio: SICOOB, KC, Emprego, Lactina, CROQUIER'S, BELAVISTA, PALÃO, RENATO BELLAR, Biotex, DSAGRO

Notas: Não será permitido som automotivo. Haverá exposição de orquídeas.

Fonte: Acervo da Associação Pomerana de Pancas (APOP)

A realização da *Pomerfest* como uma das ações da Associação Pomerana de Pancas (APOP), consiste num mecanismo importante de elevação da auto estima da comunidade, do fortalecimento identitário e, também, num espaço de protesto e reivindicação de direitos a partir da afirmação de nossa existência (digo “nossa” como pomerano membro da comunidade), o que pode ser nitidamente observado na mensagem<sup>5</sup> presente na imagem abaixo.

<sup>5</sup> “E a luta continua: Os peregrinos da esperança [referência ao povo pomerano], só desejam permanecer nestas terras, que conquistaram e cultivaram com tanta dedicação! Às custas de muito sangue e suor!”



**Figura 15: Desfile cultural da Pomerfest**



Fonte: Acervo da Associação Pomerana de Pancas (APOP)

Em outra direção, o reconhecimento como Povo Tradicional, em virtude do processo de afirmação identitária, aflorou novos conflitos a partir de outras demandas. A Associação Pomerana de Pancas (APOP), ao inserir-se na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, adquiriu o *status* de representação nacional do Povo Pomerano. A partir disso, pomeranos de outras regiões do país e também do Espírito Santo, começaram a se organizar e criar associações no intuito de valorizar e divulgar a cultura pomerana.

Após dez anos da existência da Comissão Nacional (CNPCT), a APOP passou a ser questionada sobre sua representatividade, sob o argumento de que é uma instituição local que não dá conta de representar os pomeranos do país inteiro. Desse modo, observa-se a emergência de uma disputa de poder por espaços de representação. Nesse contexto, além do conflito “para fora”, com o Estado, em defesa do território nos pontões capixabas, os pomeranos também enfrentam divergências internas quanto a ocupação de espaços políticos de representação e formas de organização social.

Diante dessa situação, a APOP assume que realmente é uma instituição local, que surgiu com um objetivo específico e que não tem a pretensão de representar os

pomeranos de todo o Brasil. A entrada na Comissão Nacional (CNPCT) e o reconhecimento de Povo Tradicional para o Povo Pomerano se deu por uma convergência de fatores impulsionada pelo conflito territorial em Pancas. Dessa forma, a APOP argumenta que seu pioneirismo deve ser respeitado e justifica sua estada na CNPCT como um dispositivo político institucional e simbólico na defesa do território da comunidade pomerana de Pancas, uma questão que se arrasta há mais de 15 anos sem perspectivas de resolução definitiva (e harmoniosa) num horizonte próximo.

As divergências ficaram mais evidentes com a divulgação da proposta de criação da Associação Brasileira do Povo Tradicional Pomerano (ABP), uma instituição jurídica com o propósito de congregiar os interesses dos pomeranos de todo o Brasil, estruturada com uma sede física e filiais. Essa proposta surgiu a partir das discussões de um pequeno grupo de estudiosos pomeranos preocupados com a representação e organização nacional desse povo (SEIBEL, 2016).

A proposta de criação dessa Associação Nacional foi um dos assuntos debatidos numa reunião de lideranças pomeranas do Espírito Santo ocorrida em março de 2016 no município de Santa Maria de Jetibá, da qual participei. Nesse encontro, a Associação Pomerana de Pancas posicionou-se em relação ao tema da seguinte forma: não é contra a ideia de uma organização nacional, pelo contrário, também compartilha desse desejo. No entanto, a APOP não concorda com o formato proposto (uma associação com identificação jurídica), pois acredita que essa estrutura tem caráter centralizador, personificador e excludente no sentido de que não dá conta de atender às especificidades e particulares dos pomeranos de cada região.

Além disso, observa-se que o contexto dos povos e comunidades tradicionais é permeado por conflitos e embates que muitas vezes resultam em perseguição e violência. Dessa forma, ter uma Associação Nacional com uma identificação jurídica única consiste num facilitador de repressão à resistência. Diante disso, a Associação Pomerana de Pancas defende a construção de um movimento social descentralizado e organizado por redes de atuação, que respeite as particularidades locais e que garanta a autonomia das instituições pomeranas já existentes, além daquelas que virão a surgir. E o mais importante, que não tenha representação

jurídica e muito menos a personificação das lutas em lideranças específicas que, por vezes, centralizam as decisões.

Sabourin (2000) lembra que

Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento, como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e através de uma relação contratual de intercâmbio (pagamento da cota). Sua regulação é, portanto, dominada pela lógica utilitarista do interesse (individual ou coletivo) ou pela lógica da obrigação social ou política (constrangimento, dívida) (SABOURIN, 2000: 47).

O autor ainda complementa:

É essencial reconhecer as diferenças entre associação e comunidade, entre cooperativa e mutirão, entre presidente eleito e líder comunitário, entre secretário do conselho de vigilância e patriarca do sítio. A mudança de estruturas e de modos de regulação pode levar uma confusão dos valores de reciprocidade camponesa e à adoção não-controlada de lógicas e estratégias de natureza diferente (mercantis, industriais, etc) (SABOURIN, 2000: 51).

Outro ponto discordante, ressaltado pela APOP, é que a proposta de criação dessa Associação Nacional foi discutida e elaborada por um pequeno grupo de estudiosos sem a participação ampla das comunidades e instituições pomeranas já existentes. Mesmo que a ideia tenha sido divulgada com o intuito de ampliar as discussões, o formato de associação já foi definido pelos defensores da proposta, incluindo sua estrutura, seu funcionamento e seu regulamento, pois, os mesmos, já elaboraram o estatuto da instituição incluindo sua carta de fundação. Dessa forma, há a impressão de que o objetivo primordial não seja debater a proposta, já que a mesma está praticamente finalizada, mas que as discussões sirvam apenas para justificar e aclamar sua efetivação.

Outro ponto de debate entre as lideranças pomeranas estava relacionado à ocupação das vagas de representação do Povo Pomerano na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o regulamento da Comissão (CNPCT), apenas duas instituições de cada segmento poderiam compô-la e as duas associações que representavam os pomeranos eram do estado do Espírito Santo. Esse fato gerou questionamentos por parte de associações e lideranças pomeranas de outros estados que chegaram a reivindicar uma dessas vagas.



Contudo, essa questão foi parcialmente resolvida com a transformação da Comissão Nacional no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) no ano de 2016, processo do qual tive a oportunidade de participar. Com a mudança, alterou-se a forma de composição do Conselho e a representação dos povos tradicionais, além de ampliar os mecanismos de atuação e assegurar maior estabilidade política e jurídica dentro da esfera governamental.

Agora, no Conselho, as instituições representativas de cada segmento tradicional terão mandado de dois anos e passarão por um processo seletivo. Dessa forma, a composição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) será renovada constantemente. Fato que amenizará alguns dos conflitos internos dos pomeranos, pois na primeira composição do Conselho já consta a inserção de uma associação do Rio Grande do Sul, além de duas do Espírito Santo.

No Conselho também aumentaram-se as vagas de representação de cada segmento, passando de duas para três. Atualmente as instituições que representam o Povo Tradicional Pomerano no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) são: Associação Pomerana de Pancas (APOP/ES), Associação Pomeranos do Sul (Pomersul/RS) e Associação de Cultura Alemã do Espírito Santo (ACAES).

No entanto, é preocupante a situação dos Povos e Comunidades Tradicionais na esfera política nacional. Mesmo com a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2016, que extinguiu a antiga Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ainda não ocorreu nenhuma reunião do Conselho e suas atividades ainda não se iniciaram.

O processo de seleção dos membros do CNPCT foi finalizado em dezembro de 2016 (sou um dos conselheiros representando a APOP) e a cerimônia de posse prevista para março de 2017 ainda não ocorreu até o momento de finalização dessa pesquisa. Diante disso, percebe-se um indicativo de um dos maiores desafios que se impõe aos povos e comunidades tradicionais no cenário político atual: a efetivação e consolidação do recém criado Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) para que realmente possa atender às demandas desses povos e assegurar seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa partiu de uma motivação pessoal em função de uma experiência pessoal e coletiva vivenciada em minha comunidade com a criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas no ano de 2002. Esse evento gerou desdobramentos importantes para a população local, em especial para a comunidade pomerana da qual faço parte, ocasionando uma situação de conflito socioambiental e gerando processos de luta pelo território, mobilização social e fortalecimento identitário.

Nesse estudo, procurei discorrer brevemente sobre a trajetória do povo pomerano no Brasil, em especial no estado do Espírito Santo, com foco na minha comunidade de origem no município de Pancas. Também procurei apresentar e discutir brevemente as nuances do processo de criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas e posterior recategorização para Monumento Natural, além de abordar o modelo de desenvolvimento sustentável vigente e o contexto de criação de Unidades de Conservação e os Povos Tradicionais no país.

No Brasil ainda predomina a vertente preservacionista da natureza implicando na criação de unidades de conservação de proteção integral que desconsideram o papel desempenhado pelos povos tradicionais no processo de conservação da biodiversidade. Há, portanto, a prevalência de uma racionalidade desenvolvimentista que prioriza o progresso econômico e tecno-científico, invisibilizando toda a gama de vivências, saberes e práticas dos povos tradicionais, por vezes associados ao estigma da pobreza e atraso histórico e econômico.

Em contrapartida, evidenciam-se avanços no reconhecimento e atuação desses povos, principalmente, em virtude da inserção das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) e a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Nesse contexto, o processo de criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, sem a devida realização de consulta pública e participação da comunidade local, fez surgir conflitos locais que tiveram implicações a nível nacional. A luta pelo território, mobilizou a comunidade pomerana de Pancas que se apropriou da categoria de Povo Tradicional, fundando a Associação Pomerana de Pancas

(APOP) e conquistando espaço na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT/2005). Por meio da APOP, emergiu-se um novo processo de organização comunitária do Povo Pomerano, intensificando o sentimento de pertencimento ao território e o fortalecimento identitário.

A partir dessas conquistas, motivadas pelo engajamento e protagonismo comunitário, o governo federal foi pressionado a criar um espaço de negociação para amenizar os conflitos que afloraram na região dos Pontões Capixabas. Em meio a esse processo, apesar de toda a mobilização e organização local, findou-se por prevalecer a premissa do governo de manter a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na região. No entanto, para que a comunidade também fosse atendida, garantiu-se a permanência da mesma no território, alterando a categoria de Parque Nacional para Monumento Natural que, segundo estabelece o SNUC, admite a existência de propriedades particulares, presença humana e atividades de produção em seu interior, desde que não prejudique o objetivo principal da unidade que é de preservação da natureza.

Com a nova categoria, Monumento Natural do Pontões Capixabas, surgiram também novos conflitos quanto à regulamentação da unidade. Até o presente momento, os impasses entre o governo e comunidade local ainda não foram resolvidos, pelo contrário, o processo está estagnado. Algumas lideranças locais acreditam que é melhor deixar a situação como está, pois têm receio de que todos aqueles confrontos anteriores retornem e que o risco de perder o território novamente se coloque em pauta. Também há quem acredite que com a recategorização da unidade tudo está resolvido, sem ter consciência de que ainda não foi feita a devida regulamentação da área, o que implica em riscos reais à comunidade, pois a mesma encontra-se em uma situação de insegurança e instabilidade jurídica.

De modo geral, muitos boatos e especulações permeiam o contexto do Monumento Natural dos Pontões Capixabas e esse estudo se propôs a analisar o histórico de criação da unidade e o surgimento do conflito territorial, além de analisar os agentes envolvidos, as relações de poder existentes e as formas de organização e reivindicação de direitos por parte da comunidade pomerana local. Diante disso, percebe-se que demandas locais interagem com conjunturas maiores e vice-versa.

A partir de um conflito local, o Povo Pomerano no Brasil adquiriu *status* de Povo Tradicional reconhecido pela Política Nacional (PNPCT) e, assim, novas formas de organização estão sendo construídas no intuito de valorizar sua cultura e desenvolver-se com autonomia e protagonismo.

Historicamente, desde a vinda para o Brasil, os pomeranos tem sofrido com abandonos, enganos e perseguições. No entanto, mesmo em meio a tantas dificuldades, esse povo tem persistido e sobrevivido, contribuindo para a construção desse país. Felizmente, nós pomeranos, estamos cada vez mais cientes de nossos direitos. Compomos o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instituído pelo decreto 8.750 de 09 de maio de 2016, que extingue a antiga Comissão Nacional (CNPCT), na qual também estávamos representados, responsável por acompanhar e discutir a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), implementada pelo decreto 6.040/2007.

A inserção dos pomeranos na Política Nacional (PNPCT) e o gradual processo de apropriação da categoria de Povo Tradicional trouxe novas perspectivas para a trajetória do povo pomerano no Brasil. Diversas associações pomeranas surgiram pelo país o que possibilitou a experimentação de novas formas de organização social. Também em decorrência desse processo de afirmação identitária, emergiram conflitos internos em disputa por espaços de representação política e divergências quanto a concepção de melhor forma de organização social: enquanto que alguns defende a consolidação de uma Associação Nacional Pomerana, outros preferem se organizar por meio de redes, movimentos ou articulações mais dinâmicas. No entanto, o mais importante é que essas disputas internas refletem o engajamento das lideranças pomeranas em defesa dos direitos desse povo.

Atualmente, enquanto Povo Tradicional Pomerano, nos esforçamos para fortalecer um movimento social organizado, interna e externamente articulado, com o estabelecimento de parcerias consistentes, tanto em nível local, regional e nacional. Os desafios ainda são enormes, mas, como característica marcante de nosso povo, resistiremos e avançaremos na luta pela garantia de nossos direitos enquanto cidadãos dessa nossa pátria Brasil.

Inspirado pela metodologia da pesquisa-ação e motivado pelo Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT),

no decorrer da pesquisa busquei desenvolver ações de intervenção no contexto estudado, no intuito de promover uma melhor apropriação dos conceitos e categorias que permeiam o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) por parte da comunidade pomerana local.

Dentre as ações destaco que voltei a residir na comunidade, assumi o cargo de Coordenador de Cultura da Associação Pomerana de Pancas (APOP) e passei a representar essa instituição na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, atualmente, transformada em Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), onde continuo atuando como representante do Povo Pomerano.

Por vezes, no ritmo acelerado dos acontecimentos e diante das responsabilidades que eu carregava ao participar ativamente de todo o processo de organização social pomerana, em que fui obrigado a tomar decisões importantes, com projeção de impactos na vida e no futuro dos povos e comunidades tradicionais como um todo, pensava apenas em duas coisas: I) me faltava experiência e, principalmente, maturidade para estar ali; II) e tomara que eu tenha tomado as decisões corretas.

Por outro lado, enquanto pesquisador, agradei inúmeras vezes por fazer parte de maneira tão intensa de todo o processo e por todas as oportunidades que me foram proporcionadas. Posso afirmar com certeza que eu não apenas realizei uma pesquisa, eu realmente a vivenciei em todos os momentos, tanto nas incertezas quanto nas descobertas, nos medos e no amadurecimento, nas angústias e nas alegrias, no desânimo e na empolgação, no cansaço e na motivação.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Mauro W. B. Direito a floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 55: 33-53, 2004.

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

APOP, 2009. Estatuto da Associação Pomerana de Pancas (APOP), de 05 de junho de 2009.

AUGE, Marc. *Los no lugares espacios del anonimato: una atropología de la sobremodernidad*. Traducción Margarita Mizraji. Barcelona (España): Editorial Gedisa S.A., 2000.

BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BARBOSA, Claudia Silva. *Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas/ES*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG: Minas Gerais, 2013.

BARRETO F°, H. T. Natureza. In: SOUZA LIMA, A. C. *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, p. 346-355, 2012.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. Nº 19. 2º Semestre. Niterói: EdUFF, 2005.

\_\_\_\_\_, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNAT, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011.

BORTOLETO, Elaine Mundim. *Agora nós somos camponeses! A territorialização dos camponeses pomeranos e o Monumento Natural dos Pontões Capixabas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2015.

BRASIL. *Lei 9.394*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 9.985*. Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC), de 18 de julho de 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto Presidencial S/N*, cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos municípios de Pancas e Águia Branca, estado do Espírito Santo, de 19 de dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei Nº 7.708-B*, Altera a categoria da Unidade de Conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas nos municípios de Pancas e Águia Branca, Estado do Espírito Santo, Câmara dos Deputados, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, 2006.

\_\_\_\_\_. *Decreto Presidencial Nº 6.040*, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 07 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. *Lei Nº 11.686*, Altera a categoria da Unidade de Conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas nos municípios de Pancas e Águia Branca, Estado do Espírito Santo, 02 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 129*, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Representantes da sociedade civil no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, de 02 de fevereiro de 2017.

CERQUEIRA, Edmilton. Política de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais. In: CERQUEIRA, Edmilton; SOUZA, Luiz Fernando M. de; MELO, Patrícia; SANTOS, Quêner C. dos; PIRES, Tauá Lourenço (Orgs.). *Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/ Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais na Mata Atlântica*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ESPÍRITO SANTO. *Currículo Básico Escola Estadual*. Secretaria de Educação, Vitória: SEDU, 2009.

\_\_\_\_\_. *Portaria N° 004-R*. Estabelece Diretrizes para a Organização Curricular nas Escolas Estaduais para o Ano Letivo de 2016, de 07 de janeiro de 2016.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes no Espírito Santo*. Vitória, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia de (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998.

HAESE, Vanilda. Pomeranos, povo de cultura tradicional. *Brasilicum: Traditionelle Völker und Gemeinschaften in Brasilien*. N° 238/239. Outubro/2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBAMA. *Processo N° 02001.009139-2002-12*, Criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral nos Pontões Capixabas, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente, de 2002.

\_\_\_\_\_. *Processo N° 02009.000364/2006-39*, Atividades do Grupo de Trabalho para propor medidas para solucionar a situação das comunidades no Parque Nacional dos Pontões Capixabas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Gerência Executiva do Espírito Santo, Ministério do Meio Ambiente, de 15 de março de 2006.

\_\_\_\_\_. *Processo N° 02000.001398/2006-21*, Mudança da categoria dos Pontões Capixabas de Parque Nacional para Monumento Natural, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, de 06 de abril de 2006.

ICMBIO, *Ato de Instrução Normativa N° 11*, Disciplina a diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais, Brasília/DF, 08 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. *Avaliação das demandas apontadas no Termo de Convivência*, Brasília/DF, 14 de janeiro de 2014.

KILL, Miguel A. *Terra Capixaba: Geografia e História*. Vitória: Edição do autor, 1998.

LEROY, Jean Pierre; MEIRELES, Jeovah. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (Orgs). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

LITTLE, Paul Elliot. "Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global". *Tellus 2* (3): 33-52, 2002.

\_\_\_\_\_. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002.



\_\_\_\_\_. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n° 25, p. 85-103, Porto Alegre, 2006.

MARTINUZZO, José Antônio. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NUNES, Leonardo B. de M. Conflitos entre o direito de propriedade e a conservação da Biodiversidade em busca da melhoria da gestão em refúgios de vida silvestre e monumentos naturais. Dissertação. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE): São Paulo, 2015.

PANCAS. *Carta Aberta das Lideranças Religiosas das Comunidades Católicas e Luteranas*, 24 de julho de 2012.

\_\_\_\_\_. *Termo de Convivência dos Pontões Capixabas elaborado pelas lideranças comunitárias*, de 01 de novembro de 2013.

RETZ, Sidney. *Memória, vivência e testemunho: Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Pancas*. Espírito Santo: GRAFICOL, 2005.

RIBEIRO, Gustavo. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia* 123, 1992.

ROCHA, Marcelo Cardona; FAVILLA, kátia Cristina. Doze anos de inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no cenário político do Estado brasileiro e na garantia de direitos individuais e coletivos. In: CERQUEIRA, Edmilton; SOUZA, Luiz Fernando M. de; MELO, Patrícia; SANTOS, Quêner C. dos; PIRES, Tauá Lourenço (Orgs.). *Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

RÖLKE, Helmar Reinhard. *Descobrimo Raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES, 1996.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 02, 209-229, 2014.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no nordeste semi-árido. *Antropolítica*. Rio de Janeiro, N° 08, P. 41-57, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, n° 27, p. 24-51, 2011.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I), *Mana* 3 (1): 41-73, 1997.

SALETTTO, Nara. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia de (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998.

SAUER, Sérgio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SCHERER-WARREN, Isle. Movimentos Sociais e geração de novos direitos. In: GOHN, M. G. e BRINGEL, B. M. (Orgs). *Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SEIBEL, Ivan. Uma Associação Brasileira do Povo Tradicional Pomerano. *Folha Pomerana Express*. Ano III, Edição nº 125, 2016.

SILVA, Ana Tereza R. da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. *Estudos Avançados*, vol. 29, n. 83, p. 233-259, 2015.

SPAMER, Helmar. Migração e identidade étnica pomerana no Espírito Santo. *Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias*, 2015, Vitória. Caderno de Anais. Vitória: UFES, 2016, p. 106-116. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/lemm/article/view/12574/8725>> Acesso em 22 de abril de 2017.

THUM, Carmo. *Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*. Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

TRESSMANN, Ismael. *Bilinguismo no Brasil: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra/ES*. Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL-Rio). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

\_\_\_\_\_. *Dicionário enciclopédico pomerano-português*. Santa Maria de Jetibá/ES: Gráfica e Encadernadora Sodrê Ltda, 2006.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 03, p. 443-466, São Paulo, 2005.

WAGEMANN, Ernst. *A Colonização Alemã do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.